

2007

*Desenvolver a Infra-estrutura social
(habitação, saneamento e energia)*



DESENVOLVER A INFRA-ESTRUTURA SOCIAL (HABITAÇÃO, SANEAMENTO E ENERGIA)

1. HABITAÇÃO

A construção de um novo paradigma de desenvolvimento urbano para a Bahia significa implantar um outro modelo pautado na função social da propriedade, na ampliação dos mecanismos democráticos e no controle social.

O déficit habitacional da Bahia, o maior do Nordeste, chega a 657 mil unidades, uma calamidade denunciada pela explosão de ocupações irregulares espalhadas por todo o Estado. Soman-do-se à demanda por novas moradias as unidades habitacionais em condições precárias, ultrapassam a barreira de um milhão de famílias sem acesso à moradia digna, isto é, infra-estrutura, equipamentos comunitários, dentre outros itens imprescindíveis à qualidade de vida nas cidades e no campo.

Garantindo a participação popular na construção da nova política de desenvolvimento urbano, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR realizou 16 audiências públicas envolvendo todos os Territórios de Identidade, com a participação direta de cerca de 3 mil pessoas, para a formulação do Projeto de Lei da Política Estadual de Habitação de Interesse Social – Pehis, encaminhado à Assembléia Legislativa em

2007, e a base política do novo programa habitacional do Governo do Estado, denominado "Dias Melhores".

Em 2007, foram captados recursos para a construção de 39.342 novas unidades habitacionais voltadas para famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Além disso, foi dada continuidade a obras iniciadas antes de 2007, retomando-se, ainda, obras paralisadas.

Ao mesmo tempo, diversas ações de prevenção, mediação de conflitos e regularização fundiária urbana têm sido desenvolvidas de forma decisiva, estabelecendo, sempre, uma relação de respeito com os movimentos sociais de luta por moradia, assim como com os setores empresariais.

Neste sentido, em 2007, ao passo em que se materializava a construção da Política Estadual de Habitação de Interesse Social – Pehis, elemento basilar de regulação da atuação do Estado neste campo, e estreitava a relação do Estado com os movimentos sociais e administrações municipais, implementavam-se, também, ações imediatas para o enfrentamento do complexo problema habitacional do Estado por meio do **Programa Dias Melhores**.





Este programa reúne as ações e intervenções mais efetivas relativas à produção de habitação e urbanização de áreas precárias, além das ações de prevenção e mediação de conflitos para regularização fundiária.

As ações na área da habitação estão estruturadas em três vertentes: da Gestão, das Ações ou Intervenções, e do Financiamento ou Subsídios.

- O eixo da Gestão – neste, estão a estruturação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social e a criação e consolidação de órgãos colegiados que garantam a gestão democrática da Pehis;
- O eixo das Ações ou Intervenções é voltado tanto para a produção de habitações, visando à redução do déficit quantitativo, quanto para a correção da inadequação de domicílios, na busca da qualificação dos assentamentos precários e da garantia de segurança da posse;
- O eixo dos Financiamento e Subsídios consubstancia o estabelecimento de critérios e condições para alocação de recursos que coadunem as necessidades das famílias, os interesses coletivos e a sustentabilidade da Pehis.

1.1 LEI DA POLÍTICA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A Política Estadual de Habitação de Interesse Social representa o marco inicial para o estabelecimento do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social. O anteprojeto de lei da Pehis, em tramitação na Assembléia Legislativa da Bahia, estabelece os princípios e diretrizes para a implementação das ações na área de habitação de interesse social e tem como objetivos:

- Assegurar o respeito e a proteção do direito à moradia digna e sustentável, o acesso à terra urbanizada e titulada para a população de baixa renda urbana e rural e para as populações tradicionais¹;
- Viabilizar e adotar padrões adequados de moradia nos programas e projetos de habitação de interesse social, levando em consideração as diversidades regionais e as especificidades das populações atendidas;
- Implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à moradia voltada à população de baixa renda urbana e rural e populações tradicionais;
- Compatibilizar, articular, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação de interesse social, optando por mecanismos de controle social.

A Lei da Pehis, além de fornecer essas orientações gerais no tratamento da habitação de interesse social, cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – Fehis e o respectivo Conselho Gestor.

Para promover a ampla discussão e transparência da Política Estadual de Habitação de Interesse Social optou-se pela criação de um Grupo de Trabalho e Acompanhamento, composto por representantes dos diversos segmentos ligados à questão habitacional. Este GT foi formalizado pelo Decreto Governamental nº 10.366, de 31/05/2007, e posto em prática por meio da realização de 16 audiências públicas abrangendo os 26 Territórios de Identidade. Tais audiências contaram com a participação de cerca de 3.000 pessoas, representando 200 municípios.



¹ Comunidades quilombolas, indígenas, pescadores e ribeirinhos.

Após as audiências públicas, a minuta da Lei da Pehis foi consolidada pelo GT-Pehis, buscando absorver as contribuições obtidas nos referidos eventos. Dentre os temas discutidos e incorporados, cabe destacar as emendas aditivas sobre a abordagem territorial da Pehis, a questão da habitação rural, as prioridades no atendimento à demanda e a composição de receitas do Fehis.

1.2 SISTEMA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A instituição do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, com os seus instrumentos básicos orientados pela Pehis, cria as condições institucionais e técnicas para a promoção do acesso da população de baixa renda à moradia. Este sistema define os critérios e parâmetros para a atuação do Estado na garantia do direito à habitação e estabelece os requisitos para o aporte de recursos no setor por intermédio do Fundo Estadual de Habitação e do respectivo Conselho Gestor.

Define, desta forma, os meios para garantir, por intermédio da ação do Estado junto aos demais entes federativos, um padrão adequado de habitabilidade, infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos públicos e serviços urbanos e sociais à maioria da população.

A consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social representa uma mudança na forma de participação do Estado neste campo, no sentido de uma ação coordenada e pautada em referências objetivas, conduzida com intervenção, participação e controle da sociedade. Representa a base necessária para, por meio de uma política de Estado, enfrentar

o déficit quantitativo de cerca de 650 mil unidades e qualitativo de aproximadamente um milhão de domicílios.

A orientação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, voltado para a integração das políticas setoriais que o compõem, conduziram, no curso da elaboração da minuta da Lei da Pehis, à opção de criação de órgão colegiado único para a gestão das políticas urbanas no âmbito do Estado, o Conselho Estadual das Cidades da Bahia – Concidades-BA, devendo os assuntos relativos à habitação serem tratados na Câmara Técnica específica integrante da sua estrutura.

1.3 APOIO AOS MUNICÍPIOS – INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE

Foram encaminhadas as seguintes ações de apoio aos municípios:

- Elaboração e ampla distribuição da Cartilha da Política de Habitação de Interesse Social, com o objetivo de difundir seu conteúdo e fornecer subsídios para a discussão pública da Pehis;
- Confecção e distribuição, no lançamento do Programa Dias Melhores, de panfleto de orientação às prefeituras que assinaram termo de adesão ou aditivo com o Estado aos programas de habitação em curso (FNHIS, Crédito Solidário, Resolução 460/518);
- Orientação direta a técnicos e gestores municipais sobre a elaboração dos projetos de habitação de interesse social;
- Realização de palestras sobre a Política de Habitação de Interesse Social e orientações sobre a elaboração de Planos Municipais de Habitação de Interesse Social e criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e Conselhos.

1.4 PROGRAMA DIAS MELHORES

O Programa Dias Melhores, lançado no dia 20/9/2007, define as diretrizes conceituais e operacionais das ações do Governo relacionadas à habitação de interesse social. Sua criação objetivou assinalar o novo momento da política de habitação do Estado, baseada em critérios técnicos e princípios democráticos que garantam à população-alvo o acesso à moradia digna, expressa como *"aquela que ofereça condições de salubridade, segurança e conforto aos seus habitantes, acesso*



aos serviços básicos e livre de discriminação no que se refere à habitação ou à garantia legal da posse", conforme definido no texto da minuta de Lei da Pehis.

O Programa Dias Melhores expressa o conceito de habitação como um conjunto de circunstâncias essenciais à vida cotidiana das pessoas no seu local de moradia. Como o próprio nome sugere, o programa tem como objetivo proporcionar melhor qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais do Estado da Bahia. Mais do que erguer casas, o Governo do Estado pretende, valendo-se do Programa Dias Melhores, construir cidadania e, nesse sentido, apóia-se nos princípios definidos pela Política Estadual de Habitação de Interesse Social:

- Igualdade e não-discriminação em razão de etnia, cor, sexo, idioma, opinião, idade, origem social, nascimento, escolaridade, naturalidade, religião, ou qualquer outra situação;
- Garantia de moradia digna como direito fundamental e vetor de inclusão social;
- Respeito à cultura local;
- Função socioambiental da propriedade urbana e rural;
- Justiça social, em especial nas situações de conflitos socioambientais;
- Gestão democrática da política estadual de habitação de interesse social e do controle social e transparência dos procedimentos decisórios; e
- Descentralização da Pehis para os municípios, territórios de identidade, consórcios públicos de habitação e entidades da sociedade civil organizada com atuação na área habitacional.

Tais princípios norteiam uma nova forma de atuação do Estado no desenvolvimento dos projetos e ações de promoção da habitação de interesse social. Essa atuação tem na participação e controle social, no respeito à autonomia municipal e das entidades da sociedade civil e nas dimensões cultural e ambiental as suas bases de sustentação. Na prática, isto é possível a partir da construção coletiva dos projetos, no diálogo permanente com a realidade de cada município, de cada lugar, de cada comunidade. Somente neste diálogo o programa ganha legitimidade e consegue traduzir e incorporar as formas de organização social e espacial das comunidades. Isso significa dizer que o Programa Dias Melhores ganha maior densidade na ação ao se aproximar da realidade local.



O programa foi concebido com a visão de que a redução do enorme déficit habitacional e as soluções para os problemas de inadequação (déficit qualitativo) demandam uma política federativa e a ação cooperada de instituições e entidades com atuação na área. Neste sentido, coloca a assistência técnica como ação estratégica e central para a ampliação do número de entidades e instituições capacitadas a atuar na promoção da habitação de interesse social, a partir do novo paradigma inscrito no Programa Dias Melhores.

O Programa Dias Melhores é desenvolvido por meio de ações diretas e ações transversais, tendo em cada vertente os seguintes eixos de atuação:

Ações Diretas:

- Provisão de habitação;
- Urbanização de áreas precárias;
- Regularização fundiária;
- Projetos especiais para comunidades tradicionais.

Ações Transversais:

- Assistência técnica;
- Prevenção e mediação de conflitos fundiários;
- Salvaguarda cultural e ambiental nos projetos de habitação de interesse social.

O programa comprehende todas as ações de produção habitacional e recuperação de áreas precárias, operacionalizadas pelo Estado através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Programa de Subsídio à Habitação de Interes-



se Social – PSH, Programa Carta de Crédito – Resolução 460/518, Pró-Moradia, Monumenta/BID, Programa Habitacional do Servidor Público, Erradicação da Doença de Chagas/ Funasa e Urbanização Integrada/Bird.

Em 2007, como já mencionado, foram captados recursos para a construção de 39.342 unidades habitacionais, sendo 15.330 unidades relativas a projetos já contratados, totalizando investimento da ordem de R\$ 493,6 milhões, sendo R\$ 409,6 milhões

de recursos federais e R\$ 84 milhões do Governo Estadual. Outras 24.012 unidades estão em processo de contratação, com investimento programado de R\$ 233,2 milhões.

O Governo do Estado absorveu e deu continuidade a obras contratadas em anos anteriores, buscando, sempre que possível, balizá-las pelas diretrizes do Programa Dias Melhores. Também retomou obras paralisadas e equacionou problemas identificados em contratos e na qualidade da construção. Foram concluídas 420 melhorias, 149 unidades sanitárias e 4.034 novas unidades, encontrando-se em execução outras 22.543 unidades por meio de diversos programas, conforme demonstrado na Tabela 1.

Por intermédio do **Programa Aceleramento do Crescimento – PAC Habitação**, foram selecionados projetos para urbanização de assentamentos precários e produção habitacional em Salvador, Simões Filho, Feira de Santana e Lauro de Freitas, correspondentes a 3.456 novas unidades e 8.823 melhorias habitacionais. Os contratos assinados envolvem um volume de recursos da ordem de R\$ 365 milhões.

TABELA 1

PROGRAMA DIAS MELHORES
BAHIA, 2007

PROGRAMA	NOVAS UNIDADES	MELHORIAS	UNIDADES SANITÁRIAS	INVESTIMENTO TOTAL
OBRAS CONCLUÍDAS				
Resolução 460/518	2.233	-	-	18.980
PSH	1.422	-	-	10.381
Monumenta	11	-	-	643
Promoradia	368	420	149	27.590
SUBTOTAL 2	4.034	420	149	57.594
OBRAS EM EXECUÇÃO				
Resolução 460/518	18.258	-	-	154.482
Promoradia	842	601	241	39.092*
Monumenta	92	-	-	5.972**
PSH	3.180			5.879***
Chagas Rural	171			4.340
SUBTOTAL 1	22.543	601	241	209.764
TOTAL	26.577	1.021	390	267.358

Fonte: SEDUR/Conder/CEF

* Não computado o valor de investimento referente ao projeto EVA de 242 UH

**Incluídos 13 pontos comerciais

*** Não computados os valores de investimento do PSH/CEF referentes a 1.380 UH

A Tabela 2 detalha os projetos selecionados com as seguintes características:

- Projetos que contribuem para a recuperação de mananciais de abastecimento;
- Projetos estruturantes que atendam à população residente em áreas insalubres ou sujeitas a fatores de risco ou degradação ambiental; e
- Projetos estruturantes com impactos que extrapolam a sua própria área de abrangência.

A Tabela 3 apresenta os projetos de habitação contratados que em suas especificidades atendem às seguintes demandas:

- Eliminação de fatores de risco e degradação ambiental;
- Provisão de moradia digna;
- Recuperação ambiental de manancial;
- Recuperação de área de importância ambiental, cultural e paisagística; e
- Urbanização de áreas em situação de extrema precariedade.

Em 2007 o Governo do Estado da Bahia assinou o terceiro termo aditivo ao convênio nº 243/2005 firmado com a Caixa Econômica Federal com o objetivo de repassar recursos aos municípios baianos para implementação de financiamentos



no âmbito do **Programa Carta de Crédito (Resolução 460/518)** na forma coletiva, contemplando aquisição e/ou produção de unidades habitacionais de interesse social, para a população com renda familiar de até um salário mínimo.

TABELA 2 **PAC HABITAÇÃO – PROJETOS SELECIONADOS (OGU E FGTS)**
BAHIA, 2007

PROJETO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	MELHORIAS	NOVAS UNIDADES	INVESTIMENTO TOTAL (EM R\$ 1.000,00)	INVESTIMENTO DO ESTADO DA BAHIA (EM R\$ 1.000,00)
Baixa do Soronha	2.420	1.152	207	22.503	4.051
Nova Esperança	2.190	1.106	475	38.994	7.019
Pitanguinhas (Simões Filho)	3.500	490	181	19.965	3.594
Jardim Mangabeiras	2.252	1.263	516	39.746	7.154
Águas Claras	822	-	270	15.400	2.772
Nova Constituinte	2.122	1.975	147	42.900	7.722
Lagoa da Base (Lauro de Freitas)	2.500	783	296	17.975	3.236
Lagoa Grande (Feira de Santana)	8.000	893	690	68.000	12.240
Falha Geológica I (Pilar, Alto do Bom Viver e Baixa do Cacau)	2.485	481	66	42.900	7.722
Falha Geológica II (FGTS)	4.006	680	608	56.700	3.702
TOTAL	30.297	8.823	3.456	365.083	59.212

Fonte: SEDUR

TABELA 3

PAC HABITAÇÃO – PROJETOS SELECIONADOS (PROMORADIA/FGTS)
BAHIA, 2007

ÁREAS DO PROJETO	VALOR DO EMPRÉSTIMO	CONTRAPARTIDA	INVESTIMENTO TOTAL (EM R\$ 1.000,00)
FALHA GEOLÓGICA II			
Vila Nova Esperança	5.811	406	6.217
Costa Azul	8.412	588	9.000
Alto de Ondina	3.738	261	3.999
Pilar 3	3.135	219	3.354
Casarões do Centro Histórico	5.797	405	6.202
Projeto Via Portuária	26.104	1.824	27.928
TOTAL	52.997	3.703	56.700

Fonte: SEDUR

Os recursos utilizados são provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep, a título de caução, e dos municípios responsáveis pelos empreendimentos que assinarem termo de adesão ao convênio, representados pelo aporte de recursos financeiros, bens e/ou serviços na produção das referidas unidades habitacionais, a título de contrapartida.

Foram aditados 241 termos de adesão com 216 municípios e firmados novos termos com 19 municípios. Nesta modalidade foram contratados, em 2007, projetos para a produção de 10.154 novas unidades habitacionais. Dos convênios transferidos da antiga Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP, foram entregues este ano 2.233 novas habitações. Os convênios e contratos assinados, com obras em diferentes estágios de execução, totalizam 18.258 novas unidades em diversos municípios, sendo que deste total 7.648 unidades, referem-se a contratações efetuadas em 2007. Encontram-se em tramitação para contratação projetos que totalizam 21.855 unidades habitacionais.

Em junho de 2007 o Governo do Estado, por intermédio da SEDUR e da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, inscreveu no Ministério das Cidades uma relação de projetos em três das modalidades que integram o **Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS**, quais sejam: produção de habitações, urbanização de áreas de ocupação precária e assistência técnica aos municípios e às associações e cooperativas para projetos de habitação de interesse

social, totalizando recursos da ordem de R\$ 406,3 milhões.

Para a apresentação dos projetos foram consideradas as demandas das prefeituras, dos movimentos sociais e de comunidades tradicionais. Após a avaliação pelo Ministério das Cidades, foram selecionados projetos totalizando R\$ 26,4 milhões, representando 6,5% do montante pleiteado, em função dos critérios adotados na seleção e não divulgados na inscrição dos projetos, tais como a exclusão dos municípios com projetos do PAC e daqueles com população inferior a 50 mil habitantes. A Tabela 4 apresenta o resumo dos pleitos selecionados.

Dos pleitos encaminhados em parceria com as entidades do Movimento por Moradia, nas modalidades de urbanização de assentamentos, produção ou aquisição e requalificação de moradias, totalizando R\$ 130,4 milhões, foram excluídos projetos no montante de R\$ 98,9 milhões, equivalentes a 76% do valor pleiteado, representando uma perda considerável, em razão dos compromissos assumidos pelo Governo do Estado com os movimentos sociais.

Os recursos captados pelo FNHIS em 2007 garantirão a execução de projetos de 707 novas unidades e 1.184 melhorias habitacionais.

Em outubro foi aberta nova chamada para seleção para o FNHIS/2008, oportunidade na qual foram reapresentados os projetos não selecionados em 2007, com a priorização de

TABELA 4

FNHIS – RESUMO DOS PLEITOS SELECIONADOS
BAHIA, 2007

(Em R\$ 1.000,00)

MODALIDADE	VALOR SOLICITADO (SEM CONTRAPARTIDA)	VALOR CONTEMPLADO
Urbanização de Assentamentos Precários	18.800	16.000
Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais	31.408	9.770
Apoio à Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	-	600
TOTAL	50.208	26.370

Fonte: SEDUR

projetos em Salvador e nos demais municípios da RMS, os quais apresentam os maiores déficits habitacionais do Estado, e daqueles acordados com as entidades dos movimentos por moradia urbana e rural.

Em 2007, a SEDUR captou recursos para construção de 375 unidades habitacionais com a Cobansa Cia. Hipotecária, contemplada na portaria de resultado do leilão **Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH**, de nº 921, de 13 de dezembro de 2006, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Cogita-se, também, a habilitação da Habitação e Urbanização da Bahia S.A. – Urbis como agente financeiro no leilão. Para tanto, faz-se necessário definir se haverá ou não suspensão do processo de liquidação da empresa.

Encontra-se em andamento a programação de vistoria das obras com problemas denunciados por entidades e instituições. Para apurar as denúncias, foi constituído um Grupo de Trabalho por meio da Portaria nº 87, de 29 de novembro de 2007.

A habitação de interesse social no Centro Antigo se configura como compromisso de governo, uma vez que define a concepção do projeto de reabilitação para esta área, com o objetivo de transformá-la em um lugar bom para morar, freqüentar e visitar. No caso da habitação de interesse social, tal decisão se configura como medida de reparação, diante do processo de reorganização urbana que marcou a reforma realizada pelas sucessivas gestões do Governo do Estado no período 1992–2006.



O **Monumenta** é um dos programas que operacionalizam a provisão de habitação de interesse social no Centro Antigo. Objetiva a recuperação do patrimônio histórico urbano brasileiro sob a tutela federal, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, e é resultado de um acordo de empréstimo firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e o Governo Federal, por meio do Ministério da Cultura, com a participação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, dos Estados e Municípios.

Em Salvador, o programa contempla, no campo da habitação, a restauração de 75 imóveis na 7ª etapa do Centro Histórico,



que serão adaptados para conversão em 103 unidades habitacionais pelo Programa Municipal de Habitação de Interesse Social – Phis, com recursos do Ministério das Cidades e do Governo do Estado da Bahia, e em 234 unidades pelo **Programa de Habitação para Servidores Estaduais – Prohabit**, que serão executadas com recursos do Ministério da Cultura, BID, Governo do Estado da Bahia e Fundo do Servidor Público Estadual.

No Centro Antigo também serão implementadas obras de urbanização de assentamentos precários e produção habitacional, contratadas por meio do Programa de Aceleração do Crescimento com recursos onerosos (Promoradia/FGTS) contemplando as áreas do Pilar e Vila Nova Esperança (Rocinha), além de casarões dispersos (Pelourinho, Sodré, Preguiça e entorno). O Projeto Pilar I, anterior ao PAC, será executado também com recursos do Promoradia/FGTS.

A Tabela 5 apresenta os projetos de habitação no Centro Antigo.

Ainda faz parte do programa a recuperação de monumentos históricos e da infra-estrutura referente à área da 7ª etapa do Convênio 394/02.

Cabe ressaltar o projeto **Morada de Todos Nós**, que objetiva melhorar as condições de habitabilidade das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, com a construção e recuperação de unidades habitacionais, associando as ações de moradia com atividades de inclusão produtiva e geração de renda. Em 2007, foram investidos mais de R\$ 1 milhão, beneficiando 3.476 famílias com a construção de unidades habitacionais.

1.5. PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-FUNDIÁRIA EM ÁREAS URBANAS

O problema da irregularidade fundiária, além de tornar vulneráveis milhares de famílias de baixa renda, no que diz respeito à segurança da posse e todas as implicações decorrentes

TABELA 5

CENTRO ANTIGO – PROJETOS DE HABITAÇÃO
BAHIA, 2007

PROJETO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	INVESTIMENTO (EM R\$ 1.000,00)		
		GOVERNO FEDERAL	GOVERNO ESTADUAL	TOTAL
Pilar I	107	2.335	1.712	4.047
PHIS 1 e 2	103	1.751	4.221	5.972
Prohabit	234	5.723	8.478	14.201
Casarões – PAC	97	3.648	801	4.449
Pilar II – PAC	211	10.458	2.296	12.754
TOTAL	752	23.915	17.508	41.423

Fonte: SEDUR/Conder



dessa condição, constitui obstáculo para uma intervenção exitosa do Estado na implementação de políticas públicas. No sentido de enfrentar essa problemática, à regularização fundiária foi incorporada política pública que passa a ser implementada de acordo com os novos marcos legais, especialmente a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

O Programa Estadual de Regularização Fundiária objetiva a integração dos assentamentos irregulares, a conciliação da dimensão da legalização fundiária com a regularização urbanística e ambiental, a promoção da segurança da posse e a inclusão de mecanismos de participação e controle social. Para alcançar esses objetivos, o programa prevê os seguintes eixos: mediação de conflitos, regularização fundiária do passivo de imóveis do Estado e dos cedidos pela União, inclusão da regularização fundiária na provisão de habitação e apoio aos municípios.

No âmbito do apoio aos municípios, foi realizado o I Seminário Estadual de Regularização Fundiária, que contou com a participação de cerca de 300 representantes de 80 municípios baianos. Houve também apoio aos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Feira de Santana e Simões Filho na elaboração de projetos de lei para instituir Zonas Especiais de Interesse Social nas áreas de intervenção do PAC.

Em relação às ações diretas, foi realizada uma oficina de Regularização Fundiária em Alagados, com a presença de representantes da comunidade, Secretaria Municipal da Habitação, Defensoria Pública do Estado da Bahia, Caixa Econômica Federal, Gerência do Patrimônio da União, Ministério das Cidades, Fundação Voluntários para o Serviço Internacional – AVSI e Universidade Católica do Salvador, para a elaboração das

diretrizes que devem guiar o processo de regularização fundiária de Alagados e Novos Alagados.

Avanço que pode ser assinalado é a cessão à Conder, sob regime de aforamento em condições especiais, de imóveis urbanos construídos em terrenos de marinha ou acrescidos de marinha, com área total 1.381.683,19 m², pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Nessas áreas foram também entregues 300 títulos aos moradores e iniciado o processo de licitação para a contratação de empresa com o fim de cadastrar famílias, permitindo assim a entrega de mais 5 mil títulos no próximo ano.

Ações de regularização fundiária foram desenvolvidas no Centro Histórico (7^a Etapa - Programa Monumental), tendo sido realizada oficina com a participação de cerca de 150 moradores e representantes de órgãos públicos da esfera federal, estadual e municipal para discussão e definição do instrumento jurídico que possibilitará a titulação dos imóveis e promoção da segurança da posse.

Avanços foram alcançados na regularização fundiária dos conjuntos habitacionais produzidos pela Urbis. Foi iniciado o diálogo com as associações de moradores e mutuários para criação de espaços públicos de participação. No intuito de superar os obstáculos impeditivos para a titulação, foi feita gestão junto às prefeituras municipais e Tribunal de Justiça, garantindo a gratuidade do registro das escrituras no Cartório de Registro de Imóveis. Houve a averbação da construção de 16 conjuntos habitacionais, totalizando 17.282 casas e apartamentos, encontrando-se aptos à outorga das escrituras aos mutuários. No período, foram efetivamente outorgadas 1.662 escrituras, legalizando-se, de forma definitiva, a aquisição dos imóveis e beneficiando cerca de 10 mil cidadãos baianos no interior e na capital.

No eixo da mediação e prevenção de conflitos fundiários urbanos foi realizado, em parceria com o Ministério das Cidades, o Seminário Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, com o objetivo de elaborar a política nacional. Foi constituído, pela SEDUR, um Grupo de Trabalho de Mediação e Prevenção de Conflitos Fundiários, que está atuando em 16 áreas de conflitos fundiários urbanos nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Salinas da Margarida, Taperoá, Mucuri e Esplanada.

2. SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO

A partir das novas diretrizes políticas do Governo do Estado, direcionadas para a prática de um modelo de desenvolvimento social baseado na eqüidade e na governança solidária, inicia-se outra administração do setor do saneamento no Estado, tendo os gestores a missão precípua de promover a integração das diversas ações institucionais, racionalizando e potencializando os recursos disponibilizados pelo Governo do Estado, Governo Federal e municípios.

Aliado a esse cenário político, a aprovação da Lei Federal nº 11.445/07, que estabelece o marco regulatório do setor do saneamento, com o amparo da Lei de Consórcios (Lei nº 11.107/05), inaugurou um outro período no saneamento básico do país, ensejando aos Estados e municípios a possibilidade de promoverem ações articuladas e estruturantes para o setor. A boa gestão dos serviços de saneamento e a redução significativa do déficit se constituem nos maiores desafios para este governo.

No Estado inteiro predomina uma cultura de isolamento dos municípios no enfrentamento dos problemas crônicos do saneamento em todos os seus componentes. Para enfrentar este desafio, tomando como base o atual arcabouço legal, o Governo do Estado iniciou o processo de estimular a cooperação federativa entre os municípios, mediante instrumentos legais para regionalização e gestão associada dos serviços públicos de saneamento, marcando uma outra forma de se gerenciar o setor no Estado.

Sob a ótica atual da gestão do saneamento no Estado, amparada pela Lei do Saneamento, além dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, foi dada ênfase às ações de resíduos sólidos e, pela primeira vez, às ações de manejo de águas pluviais como ações intrínsecas ao saneamento, tratando, inclusive, o tema de maneira integrada às ações de habitação.

Para fortalecer ainda mais o setor, pode-se afirmar que, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Saneamento e da Habitação pelo Governo Federal, 2007 foi um ano ímpar, oportunizando ao Estado da Bahia enfrentar os desafios relacionados com o desenvolvimento urbano, em particular aqueles que dizem respeito ao saneamento básico. Estão destinados para a Bahia R\$ 1,37 bilhão em

saneamento e habitação, para investimento nas regiões metropolitanas e cidades com mais de 150 mil habitantes, sendo que R\$ 755,5 milhões serão investidos pelo Governo Estado em saneamento e R\$ 538 milhões em urbanização de favelas, cujas intervenções contemplarão, também, infra-estruturas que promoverão acesso a cidades mais dignas para os baianos.

Os investimentos a serem realizados no Estado por intermédio do PAC representam um montante mais expressivo que aqueles totalizados pelo Programa Bahia Azul e pelos últimos empréstimos destinados ao segmento de habitação no Estado, o que vem atender ao compromisso do Governo no que tange às ações para a universalização do acesso às soluções de coleta e tratamento de esgoto sanitário. Estes investimentos em saneamento irão dinamizar a construção civil no Estado, em especial na Região Metropolitana de Salvador e cidades de maior porte.

Os investimentos do PAC em saneamento no Estado vão proporcionar ações de despoluição da Baía de Todos os Santos e de seis rios que integram a Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte, beneficiando 15 municípios. O programa vai aplicar R\$ 287,5 milhões em medidas de recuperação de mananciais, na ampliação do sistema de esgotamento sanitário de 14 municípios situados na área de influência da Baía de Todos os Santos e na implantação de esgotamento em municípios onde se encontram importantes mananciais que abastecem Salvador e região metropolitana. Em Salvador, R\$ 77,5 milhões serão investidos no aumento do número de ligações domiciliares em dez bacias de esgotamento localizadas em bairros carentes de infra-estrutura.

Sem contar estes investimentos, o Governo do Estado encaixou pleitos para a Fundação Nacional da Saúde – Funasa visando à obtenção de recursos para aplicação em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios com população de até 50 mil habitantes, por meio do PAC/Funasa. A SEDUR, com o apoio técnico da Embasa, foi responsável pela formalização de 139 convênios com a Funasa, objetivando a implementação de 88 sistemas de abastecimento de água e 51 sistemas de esgotamento sanitário, beneficiando 92 municípios. Os pleitos totalizam R\$ 216,5 milhões, sendo R\$ 68,7 milhões para sistemas de abastecimento de água e R\$ 147,8 milhões para sistemas de esgotos, a serem repassados durante o período de 2007–2010.

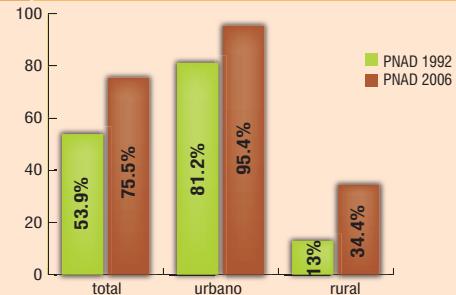
2.1 ÍNDICES DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

Com relação ao panorama do saneamento do nosso Estado, indicadores recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apontam para um relativo conforto com relação ao nível de atendimento com abastecimento de água das populações, em especial daquelas situadas nas áreas urbanas (95,4%), entretanto, nas áreas rurais, apenas 34,4% da população têm acesso à rede de água. Ainda que esse indicador venha melhorando nos últimos anos, esse quadro requer intervenções que venham garantir melhor acesso à água de qualidade, a exemplo do Programa Água para Todos, a fim de assegurar o acesso à água para todos os baianos, principalmente nas áreas rurais.

Os Gráficos 1 e 2 demonstram alguns indicadores de abastecimento de água.

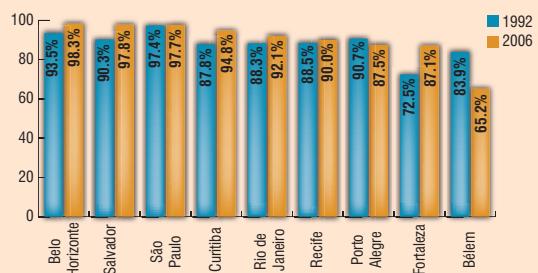


GRÁFICO 1 | MORADORES EM DOMICÍLIOS ABASTECIDOS POR REDE GERAL DE ÁGUA
BAHIA, 1992-2006



Fonte: IBGE/PNAD - 2006

GRÁFICO 2 | MORADORES EM DOMICÍLIOS ABASTECIDOS POR REDE GERAL DE ÁGUA NAS REGIÕES METROPOLITANAS
BRASIL, 1992-2006



Fonte: IBGE/PNAD - 2006

Com relação ao acesso ao esgotamento sanitário, embora na Região Metropolitana do Salvador o atendimento seja de 78,5%, apenas metade da população urbana do Estado (56,3%) tem acesso à rede coletora. Este índice aumenta para 70,8% quando consideramos outras soluções de destinação final dos esgotos. O cenário mais grave, contudo, é a questão do saneamento rural no Estado, uma vez que apenas 7,1 da população tem acesso à destinação dos esgotos, e que este percentual já considera a utilização de fossas (Gráficos 3, 4 e 5).

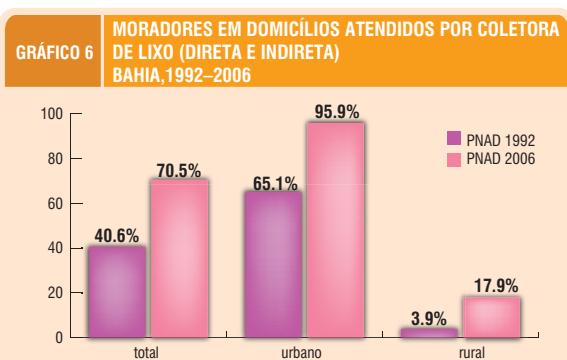
GRÁFICO 3 | MORADORES EM DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR REDE COLETORA DE ESGOTOS
BAHIA, 1992-2006



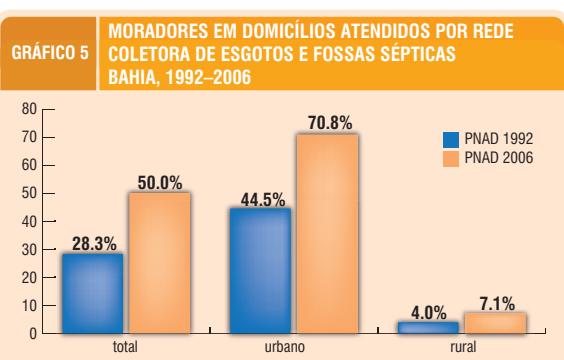
Fonte: IBGE/PNAD - 2006



Fonte: IBGE/PNAD - 2006



Fonte: IBGE/PNAD - 2006



Fonte: IBGE/PNAD - 2006

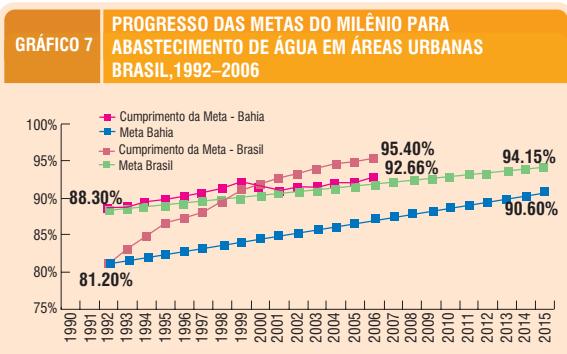
Com relação aos serviços de limpeza pública, 70,5% dos domicílios baianos possuem coleta de resíduos sólidos, seja de forma direta ou indireta, sendo que na área urbana esse percentual atinge 95,9% dos domicílios, e na área rural esse percentual de atendimento é de 17,9% dos domicílios do Estado (Gráfico 6).

2.2 CUMPRIMENTO DAS METAS DO MILÊNIO

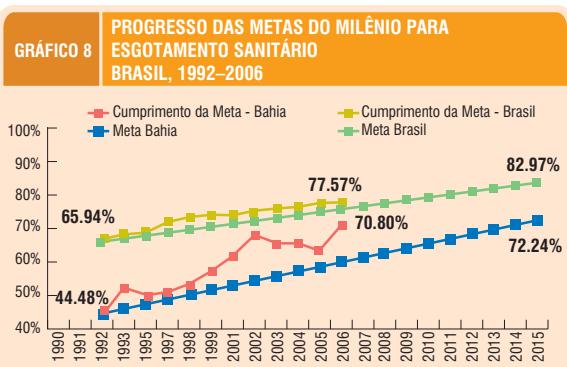
Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, em 2000, vêm servindo de parâmetro para o traçado de políticas públicas, novos



programas e investimentos na área de saneamento no Estado. A Meta 10 do Milênio estabelece a redução pela metade a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e esgotamento sanitário até 2015. No que se refere ao atendimento da população urbana por rede geral de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Bahia já cumpre essa meta, superando mesmo os indicadores nacionais com relação aos índices de abastecimento de água. A população atendida pela rede geral atualmente é de 95,4%, quando a meta era atingir a marca de 90,6% em 2015 (Gráficos 7 e 8).

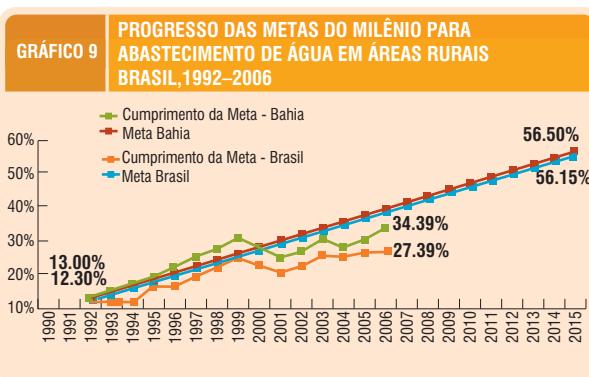


Fonte: IBGE/PNAD - 2006

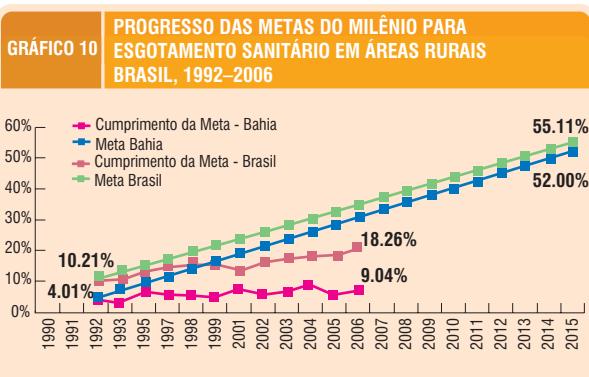


Fonte: IBGE/PNAD - 2006

Enquanto isto, nas áreas rurais do Estado, o cumprimento das metas está aquém dos índices desejados. A falta de políticas públicas adequadas e de foco para a região semi-árida nos últimos anos dificultou o acompanhamento das metas para serviços como abastecimento de água. Registre-se que a parcela de domicílios com acesso a esse serviço em 2006, embora baixa (34,4%), sem incluir a água proveniente de poços ou nascentes, é ainda superior ao índice nacional, de 27,4%, ao mesmo tempo que os índices de domicílios baianos atendidos por rede geral ou fossa sanitária (9,0%) estão muito abaixo da média nacional e da meta do milênio, que deveria ser da ordem de 30% para 2006 (Gráficos 9 e 10).



Fonte: SEDUR/Embasa
Nota: Valores de 2007 referentes a setembro



Fonte: IBGE/PNAD - 2006
Nota: domicílios ligados à rede geral de esgotos ou fossas sanitárias

2.3 ÍNDICES DE COBERTURA DA EMBASA

As ações e intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário são realizadas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa), concessionária estatal que abastece com água tratada 355 dos 417 municípios baianos. São 1.714 localidades atendidas com abastecimento de água e 55 localidades atendidas com esgotamento sanitário (Tabela 6).

TABELA 6

LOCALIDADES ATENDIDAS PELA EMBASA
BAHIA, 2007

TIPO DE LOCALIDADE

ATENDIDA

	QUANTIDADE	QUANTIDADE
	ÁGUA	ESGOTO
ZONA URBANA	566	49
Cidade	352	44
Vila	134	3
Área Urbana Isolada	80	2
ZONA RURAL	1.148	6
TOTAL	1.714	55

Fonte: SEDUR/Embasa

O Mapa 1 apresenta a distribuição espacial dos municípios atendidos pela Embasa, por Unidade de Negócio.

Os investimentos em saneamento realizados em 2007 pelo Governo do Estado por intermédio da Embasa possibilitaram ampliar em mais de 120 mil o número de domicílios atendidos com serviço de abastecimento de água, e em mais de 59 mil os domicílios atendidos com coleta e destinação final de esgoto, em localidades da área de concessão da empresa.

A Tabela 7 e os Gráficos 11 e 12 apresentam a evolução dos principais indicadores de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos últimos anos, nas áreas em que os sistemas são operados pela Embasa.

2.4 PROJETOS DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A Embasa finalizou a elaboração de 12 projetos de engenharia, considerando inclusive a revisão e atualização de projetos já concluídos em exercícios anteriores para viabilizar sua inclusão no PAC. Além desses, está em execução a elaboração de mais 10 projetos de sistemas de abastecimento de água, que irão beneficiar 1.218 mil habitantes, conforme discriminado na Tabela 8.

2.5 DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Mesmo sendo o manejo de águas pluviais um dos componentes do saneamento básico, inexistia até então uma política

MAPA 1

MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA EMBASA, POR UNIDADE DE NEGÓCIO
BAHIA, 2007

Fonte: Embasa

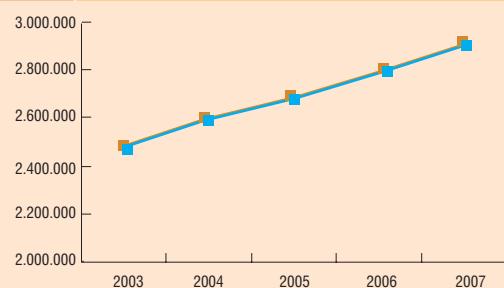
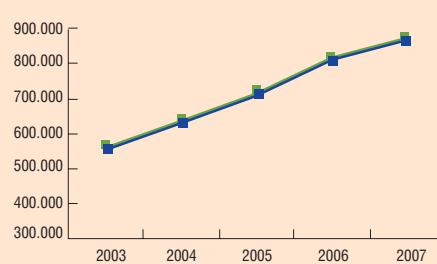
GRÁFICO 11 | DOMICÍLIOS ATENDIDOS COM ÁGUA (x 1.000)
BAHIA, 2003–2007Fonte: SEDUR/Embasa
Nota: Valores de 2007 referentes a setembroGRÁFICO 12 | DOMICÍLIOS ATENDIDOS COM ESGOTO (x 1.000)
BAHIA, 2003–2007Fonte: SEDUR/Embasa
Nota: Valores de 2007 referentes a setembro

TABELA 7

PRINCIPAIS INDICADORES DE SANEAMENTO
BAHIA, 2000–2007

INDICADORES	UNIDADE	ANO								
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*	2007*
ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
Ligações de água existentes	unid	1.1765.453	1.873.470	1.962.589	2.049.907	2.140.869	2.218.703	2.304.972	2.407.905	
Domicílios atendidos com água	unid	2.162.631	2.288.083	2.382.477	2.481.207	2.593.064	2.685.264	2.785.439	2.906.078	
População atendida com água	1.000 hab	6.952	7.541	7.972	8.125	8.334	8.610	**	**	
Nível de atendimento de água	%	97	98	99	99	99	99	**	**	
Volume produzido	100 m ³ /ano	537.072	535.026	550.076	569.120	578.362	599.461	612.013	638.519	
ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
Ligações de esgoto existentes	unid	204.728	239.654	277.769	32.345	368.966	427.964	494.973	537.953	
Domicílios atendidos com esgoto	unid	388.916	442.369	497.749	561.530	632.283	718.941	810.972	870.804	
População atendida com esgoto	1.000 hab	1.533	1.649	1.775	1.967	2.464	2.716	**	**	
Nível de cobertura de esgoto	%	21	21	22	24	29	32	**	**	

*Valor estimado. Até o fechamento deste relatório só estavam disponíveis os dados até setembro/07.

**Metodologia de cálculo sendo revisada.

Fonte: SEDUR/Embasa

pública estabelecida. Somente em 2007 a SEDUR iniciou um trabalho mais efetivo com relação a esse segmento, atendendo às diretrizes da nova Lei de Saneamento.

Para uma primeira avaliação da situação da drenagem no Estado, foi elaborado diagnóstico preliminar com uma proposta de hierarquização de intervenções prioritárias em manejo de águas pluviais, inclusive a macrodrenagem, em cidades com mais de 50 mil habitantes e em dez cidades menores em situação precária no interior do Estado. Estes estudos iniciais visam à elaboração de outros mais detalhados para um diagnóstico da situação de manejo de águas pluviais. Assim, foram registradas enchentes em zonas urbanas nas sedes dos seguintes municípios: Salvador, Lauro de Freitas, Juazeiro, Conde, Itambé, Itamaraju, Alagoinhas, Ibotirama, Malhada, Carinhanha, Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Xique-Xique, Sítio do Mato e Serra do Ramalho.

Objetivando, ainda, o emprego de novas tecnologias e processos de saneamento apropriados, sem deixar de considerar as peculiaridades locais e regionais, a SEDUR vem analisando a possibilidade de utilização de sistemas mistos (rede unitária – coleta águas pluviais e esgoto em um único sistema – rede separadora) para municípios do semi-árido, com tratamento em tempo seco, além de alternativas de reutilização de efluentes.

Com o objetivo de discutir essa temática, bem como a forma de atuação dos órgãos municipais e estaduais, a fim de minimizar os efeitos prejudiciais decorrentes dos eventos associados ao manejo das águas pluviais, foi realizada, em novembro, oficina sobre Sistemas Não-convencionais de Controle de Cheias, promovida em parceria com a Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica – Recesa.

2.6 AVALIAÇÃO TÉCNICA DO SISTEMA DE DISPOSIÇÃO OCEÂNICA DO JAGUARIBE

Com a conclusão do Programa Bahia Azul, em 2005, e a continua realização de novas ligações domiciliares ao sistema de esgotamento implantado pela Embasa, o Emissário Submarino do Rio Vermelho passou a operar em sua plena capacidade. Visando suprir a necessidade de destinação final dos efluentes sanitários, para que seja dada continuidade à ampliação da rede de sistema de esgotamento sanitário da cidade de Salvador, foi assinado, pela gestão anterior, por intermédio da Embasa, contrato na modalidade de Parceria Público-Privada – PPP para construção e operação do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe. O SDO prevê a construção e operação do seu segundo emissário submarino, projetado para ser construído na praia da Boca do Rio.

TABELA 8

PROJETOS DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
BAHIA – 2007

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	POPULAÇÃO BENEFICIADA
CONCLUÍDO		1.005.828
Salvador	Jardim Nova Esperança	13.709
Feira de Santana – Bacia do Jacuípe	Feira de Santana	252.481
Morro do Chapéu - revisão	Morro do Chapéu	30.339
Feira de Santana – Bacia Subaé - revisão (PAC)	Feira de Santana	171.203
Maragogipe (PAC)	Maragogipe – ampliação	25.384
	São Roque do Paraguaçu	7.729
	Nagé/Coqueiros	6.742
Candeias (PAC)	Candeias	88.824
Madre de Deus (PAC)	Madre de Deus	30.577
Vitória da Conquista - revisão	Vitória da Conquista	239.028
São Francisco do Conde - ampliação	São Francisco do Conde	42.884
	Cachoeira - ampliação	20.589
	Capoeiruçu	2.708
Cachoeira (PAC)	Belém	508
	Santiago do Iguape	2.458
	São Francisco do Paraguaçu	1.268
Santo Amaro - ampliação	Santo Amaro	57.603
São Félix - ampliação	São Félix	11.794
EM ANDAMENTO		212.304
Morpará	Morpará	7.861
Barra Grande	Barra Grande	5.368
Muquém do São Francisco	Muquém do São Francisco	1.470
Caturama	Caturama	2.004
Igaporã	Igaporã	8.753
Canarana	Canarana	10.981
Central	Central	17.668
Canápolis	Canápolis	4.544
Simões Filho - revisão (PAC)	Simões Filho	95.899
Guanambi - complementação	Guanambi	57.756
TOTAL		1.218.132

Fonte: SEDUR/Embasa

Dentro do princípio da transparência, o Governo suspendeu o contrato com o consórcio vencedor do processo licitatório para execução e operação do SDO de Jaguaribe, com o intuito de realizar análise técnica que pudesse constatar a real necessidade de implantação desse segundo emissor, assim como verificar os trâmites licitatórios e os valores do referido contrato. Para isso a Embasa contratou consultoria jurídica que avaliou as condições contratuais referentes à execução e operação do SDO de Jaguaribe.

Visando atender às demandas decorrentes do crescimento da

população, a Embasa mantém um programa contínuo de adensamento de ligações de esgoto nas bacias que dispõem de sistema de esgotamento sanitário implantado, viabilizado por recursos de *royalties* ou outras fontes de financiamento repassados pelo Governo do Estado por intermédio da SEDUR. Adicionalmente, para ampliar o atendimento dos serviços de esgotos aos moradores de Salvador, o Governo do Estado destinou R\$ 187,7 milhões oriundos do PAC para adensamento e execução de ligações domiciliares em diversas bacias de esgotamento sanitário da cidade e implantação do sistema da bacia de Trobogi, Cambunas e Águas Claras. Face ao aumen-

to da cobertura desses serviços, o novo sistema de disposição se tornava inevitável, uma vez que o emissário do Rio Vermelho já vem operando na sua capacidade máxima (8,3 m³/s) nos dias de chuva.

A partir desta constatação, amparado no parecer da consultoria jurídica sobre o processo de licitação para execução e operação do SDO de Jaguaribe, o Governo do Estado decidiu renegociar o valor da obra, e após meses de tratativas, foi assinado um aditivo de contrato entre as partes, garantindo uma redução de cerca de 20% nas contraprestações. Assim, o valor final do contrato será de R\$ 619,46 milhões, o que totaliza R\$ 119,13 milhões de economia para o Estado.

2.7 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO AMBIENTAL NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

Em 2007 foi realizado um levantamento de informações relacionadas às ações de saneamento básico nos municípios localizados no entorno da Baía de Todos os Santos – BTS, considerando que a área foi alvo de um dos maiores programas de saneamento básico já realizados no Brasil nos últimos anos – o Programa Bahia Azul –, tendo por objetivo identificar as medidas necessárias que devem ser priorizadas pelo Governo, as quais deverão se consolidar pela integração das ações da Embasa, Conder e diversas secretarias e órgãos do Estado.

No que se refere ao número de domicílios ligados à rede do componente Abastecimento de Água do Programa Bahia Azul, verificou-se que teve êxito nos seus objetivos, visto que o sistema de abastecimento de água de Salvador passou a atender 98,4% da população da RMS. No entanto, com relação aos aspectos relacionados à qualidade da água distribuída, alguns estudos realizados por pesquisadores da Ufba sinalizam a necessidade de melhorar a eficiência em algumas estações de tratamento de alguns municípios localizados no entorno da Baía de Todos os Santos.

A partir das informações levantadas, verificou-se que após o encerramento do Programa Bahia Azul, no ano de 2005, ainda persistem problemas associados com o saneamento básico em municípios localizados no entorno da BTS, visto que diversas áreas ainda não receberam serviços de esgotamento sanitário ou ainda não possuem uma disposição adequada de

resíduos sólidos, principalmente aquelas ocupadas por populações mais carentes, onde a infra-estrutura das vias urbanas é precária, o que dificulta a implementação desses serviços.

A ocupação irregular do espaço urbano dificultou, em determinadas áreas da cidade, a implantação do sistema de esgotamento sanitário, criando bolsões que ficaram conhecidos como "trechos críticos" do Programa Bahia Azul. Nestes pontos, a adensada aglomeração habitacional sobre as áreas de vales e canais criou condições que dificultam a realização de obras de drenagem e a própria instalação de sistemas de esgotamento sanitário; portanto, exigem soluções criativas, uma vez que será necessária a relocação de inúmeras famílias e, consequentemente, investimentos expressivos.

São, ao todo, 35 pontos, 13 a mais que os levantados em abril de 2001, que requerem intervenções de reordenamento do uso do solo, recuperação de áreas degradadas, desobstrução de canais e fundo de vales, execução de drenagem e criação de vias de acesso, para então permitir a implantação do sistema de esgotamento sanitário. Dentre os trechos críticos identificados originalmente, nove já foram equacionados e três encontram-se em fase de execução.

Nesse sentido, foi viabilizada a execução de projetos técnicos de quatro trechos críticos existentes na Bacia do Cobre, os quais serão desenvolvidos pelo Programa Viver Melhor II, financiado com recursos do Banco Mundial, cujas soluções serão equacionadas dentro do contexto da urbanização da área, proporcionando melhores condições sanitárias e de infra-estrutura para a comunidade local.

A Baía de Todos os Santos está localizada na área geográfica mais desenvolvida do Estado da Bahia, recebendo, portanto, impactos resultantes do seu crescimento urbano acelerado e da intensificação de atividades industriais e logísticas portuárias. Nesse sentido, há o risco iminente de que a qualidade de suas águas e, consequentemente, a segurança dos seus ecossistemas fiquem ameaçados, a exemplo dos manguezais e costas, onde grande parte da população depende diretamente dos seus recursos.

Todos estes impactos são resultantes das descargas de esgotos industriais e urbanos, emissões atmosféricas e resíduos sólidos que são lançados diariamente em suas águas, o

que sinaliza a necessidade urgente da adoção de medidas de controle e monitoramento, de forma a garantir a sustentabilidade socioambiental desta região.

Em março de 2007, o noroeste da BTS foi acometido por um fenômeno conhecido como "maré vermelha", provocado pela proliferação de algumas espécies de algas que dão uma cor avermelhada às águas, o que causou mortandade, por asfixia, de peixes e mariscos, e comprometeu a fonte de renda de pescadores e marisqueiros locais. Por ser a BTS uma área que não favorece a troca constante de água, devido à baixa turbulência e alta estabilidade hidrológica, favoreceu a concentração de nutrientes no local, fazendo com que houvesse a multiplicação das algas que causaram o fenômeno da "maré vermelha".

Para investigar as origens do fenômeno e adotar as medidas necessárias, considerando a grande complexidade de fatores que causaram o problema e a ineficácia de soluções tratadas de forma pontual, foi criado, pelo Centro de Recursos Ambientais – CRA, um grupo de trabalho com o objetivo de reunir diversas secretarias, organizações do Estado e representantes da sociedade civil, para discutir e propor soluções que possam garantir a qualidade ambiental da BTS.

No que se refere à gestão de resíduos sólidos nos municípios do entorno da BTS, verificou-se que os aterros caracterizados como convencionais nestes municípios, de maneira geral, encontram-se em péssimas condições, caracterizando-se como verdadeiros "lixões". Os principais problemas observados são: depósito de resíduos de forma indiscriminada, comprometendo a drenagem das células e a própria obra do aterro; lixo compactado sem recobrimento; constante presença de catadores; a falta de uma estrutura organizacional municipal direcionada para a gestão adequada do lixo; e processos de licenciamento ambiental incompletos ou ausentes, entre outros. Observou-se ainda que em algumas microáreas, onde estão localizadas as comunidades mais pobres, principalmente aquelas inseridas na Região Metropolitana de Salvador, os serviços de coleta do lixo continuam muito deficientes, mesmo após as intervenções do Programa Bahia Azul.

2.8 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DO SANEAMENTO BÁSICO

Buscando esse objetivo, procurou-se, simultaneamente, pro-

mover a articulação interinstitucional com as demais organizações que têm interface com o saneamento, e viabilizar a participação de todos os atores envolvidos, de forma a atender expectativas coletivas e integrar as diversas ações institucionais no âmbito estadual, racionalizando e potencializando os recursos disponíveis.

Destacam-se:

Conselho Estadual de Saneamento Básico

Realização de fóruns com a participação de representantes de diversos segmentos técnicos e da sociedade civil organizada para constituição do Conselho Estadual de Saneamento e a elaboração da minuta de projeto de lei para regulamentar o mencionado órgão, criado pelo artigo 229 da Constituição Estadual.

Entretanto, seguindo orientações do governo, espelhando-se nos moldes da administração federal, as atribuições desse Conselho deverão ser absorvidas pelo Conselho das Cidades – ConCidades/BA, por intermédio da Câmara Técnica de Saneamento Básico e Ambiental, para tratar das questões específicas deste setor, possibilitando o controle social e a participação ampla e democrática de diversos segmentos associados ao saneamento básico no nível estadual. Além deste instrumento, o controle social no nível regional está proposto no modelo institucional do setor para as Regiões de Saneamento, que considera os Territórios de Identidade, com a criação de conselhos de usuários ou câmaras de regulação regionais.

Regionalização e Gestão Associada para os Serviços Públicos de Saneamento

Face às novas exigências jurídico-institucionais demandadas com a aprovação da Lei nº 11.445/07, que exige a formalização da relação entre o prestador de serviços de saneamento, o ente regulador e o poder concedente, sentiu-se a necessidade de melhor apreender e discutir tais requisitos na esfera estadual. Assim, neste cenário político-institucional amplamente favorável para definição de modelos institucionais, a SEDUR e a Coordenação Regional da Funasa na Bahia promoveram a Oficina de Trabalho sobre o Marco Regulatório de Saneamento Básico. O evento teve como objetivo a discussão da Lei de Saneamento e

a Lei dos Consórcios Pùblicos, sua repercussão sobre a operacionalidade do setor, bem como a proposição de uma agenda de compromissos dos órgãos estaduais que lidam com saneamento e da Funasa, para implementação do Marco Regulatório de Saneamento na Bahia. A oficina contou com mais de 300 participantes, entre prefeitos, gestores públicos municipais, estaduais e do governo federal ligados à área de saneamento, representantes de classe e sociedade civil.

O Governo do Estado, buscando inovar a gestão estadual e atender a diretrizes estratégicas de desenvolvimento regionalizado, tendo como referência o novo marco legal do setor de saneamento, elaborou estudos de cenários de regionalização do Estado tendo em vista o planejamento das ações e a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento, considerando, entre outros critérios, os Territórios de Identidade definidos pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, a Regionalização da Embasa – Unidades de Negócio, e as Bacias e Sub-Bacias Hidrográficas e Regiões de Planejamento e Gestão das Águas.

Como desdobramento deste processo, foi proposta a utilização de dois dos três cenários apresentados nos Estudos de Regionalização para aprofundamento, por meio de Estudo de Sustentabilidade.

No Cenário 1, alternativa 1D – Territórios Identidade – Sistemas Integrados, principalmente, por não apresentar conflitos com sistemas integrados da Embasa e respeitar os Territórios de Identidade do Estado, foram incorporados também ajustes decorrentes do processo de discussão do PPA 2008-2011 e dos novos consórcios em formação.

No Cenário 2, alternativa 2A – Regionalização da Embasa – Unidades de Negócio e três consórcios intermunicipais, por não apresentar conflitos com a atual estrutura da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado e propor a subdivisão dos municípios cujas sedes não são atendidas pela empresa estadual de saneamento, evitando a formação de um grupo muito numeroso, onde as negociações seriam mais difíceis, pela diversidade de interesses, distâncias envolvidas, diferenças culturais, etc.

O Cenário 3, no qual foi utilizada como base de regionalização as Bacias e Sub-Bacias Hidrográficas e Regiões de Planeja-

mento e Gestão das Águas, constitui uma alternativa mais apropriada para os Comitês de Bacias, embora tenha sido parcialmente considerada nos cenários anteriores. A legislação atual refere-se à necessária compatibilização entre o saneamento e as bacias hidrográficas para a elaboração de planos, mas as divisões dos entes federados não coincide, na maioria das vezes, com os divisores de águas.

A consolidação de um modelo de regionalização para a prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais sustentáveis, tanto do ponto de vista técnico como financeiro, requer estudos do atual modelo de gestão dos serviços, bem como a identificação das demandas futuras e os respectivos custos de investimentos e de operação necessários, com vistas à universalização do acesso a esses serviços e à estrutura tarifária mais adequada.

Nessa conjuntura, a formação de consórcios está sendo estimulada para a gestão associada destes serviços, possibilitando que os municípios exerçam a efetiva titularidade de serviços públicos, no que tange ao planejamento, fiscalização, regulação, prestação dos serviços e controle social. Durante o I Encontro Estadual de Resíduos Sólidos, foi manifestado interesse inicial por parte de 26 municípios em constituir consórcios, tendo sido assinados Protocolos de Intenções e Termos de Compromissos para formação de quatro consórcios regionais de saneamento (Quadro 1). Inicialmente, estes consórcios públicos prestarão serviços de manejo de resíduos sólidos, promovendo maior autonomia, economia de escala e descentralização das decisões, proporcionando maior participação dos gestores municipais, embora no seu objeto já estejam previstas as demais ações do saneamento básico, que são os próximos passos da consolidação dos Consórcios.

O I Curso de Capacitação em Consórcios Pùblicos de Saneamento: planejamento e orientação para sua formação e implantação, que teve o objetivo de discutir aspectos da Lei de Saneamento e da Lei de Consórcios Pùblicos e a forma de implementação, contou com a presença de 36 participantes, dentre eles representantes dos municípios de Irecê, Ibirapitanga, Cipó, Igrapiúna, Uibaí, Valença, Camamu, Mirangaba, Jacobina, Presidente Dutra, São Gabriel, Miguel Calmon e Canarana e, técnicos da SEDUR, Conder, Cerb e Embasa.

QUADRO 1

**MUNICÍPIOS INTERESSADOS EM CONSTITUIR CONSÓRCIOS PÚBLICOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO
BAHIA, 2007**

CONSÓRCIO/REGIÃO	MUNICÍPIOS INTERESSADOS	ÁREA DE ATUAÇÃO PREVISTA	ESTÁGIO
Consórcio Regional de Saneamento da Região de Irecê	Central, Irecê, João Dourado, Jussara, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí	Resíduos sólidos e manutenção de sistemas de abastecimento de água rural	Fase de implantação – Protocolo de Intenções assinado em novembro de 2007
Consórcio Regional de Saneamento da Região de Jacobina	Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba e Várzea Nova	Resíduos sólidos e manutenção de sistemas de abastecimento de água rurais	Fase de implantação – Protocolo de Intenções assinado em novembro de 2007
Consórcio Regional de Saneamento da Região do Baixo Sul	Cairu, Camamu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Tancredo Neves, Taperoá e Valença	Resíduos sólidos	Fase de implantação – Termo de Compromisso assinado em novembro de 2007
Consórcio Regional de Saneamento da Região de Cipó	Cipó, Nova Soure e Ribeira do Amparo	Resíduos sólidos	Fase de implantação – Termo de Compromisso assinado em novembro de 2007

Fonte: SEDUR/SAN

Regulação dos Serviços de Saneamento

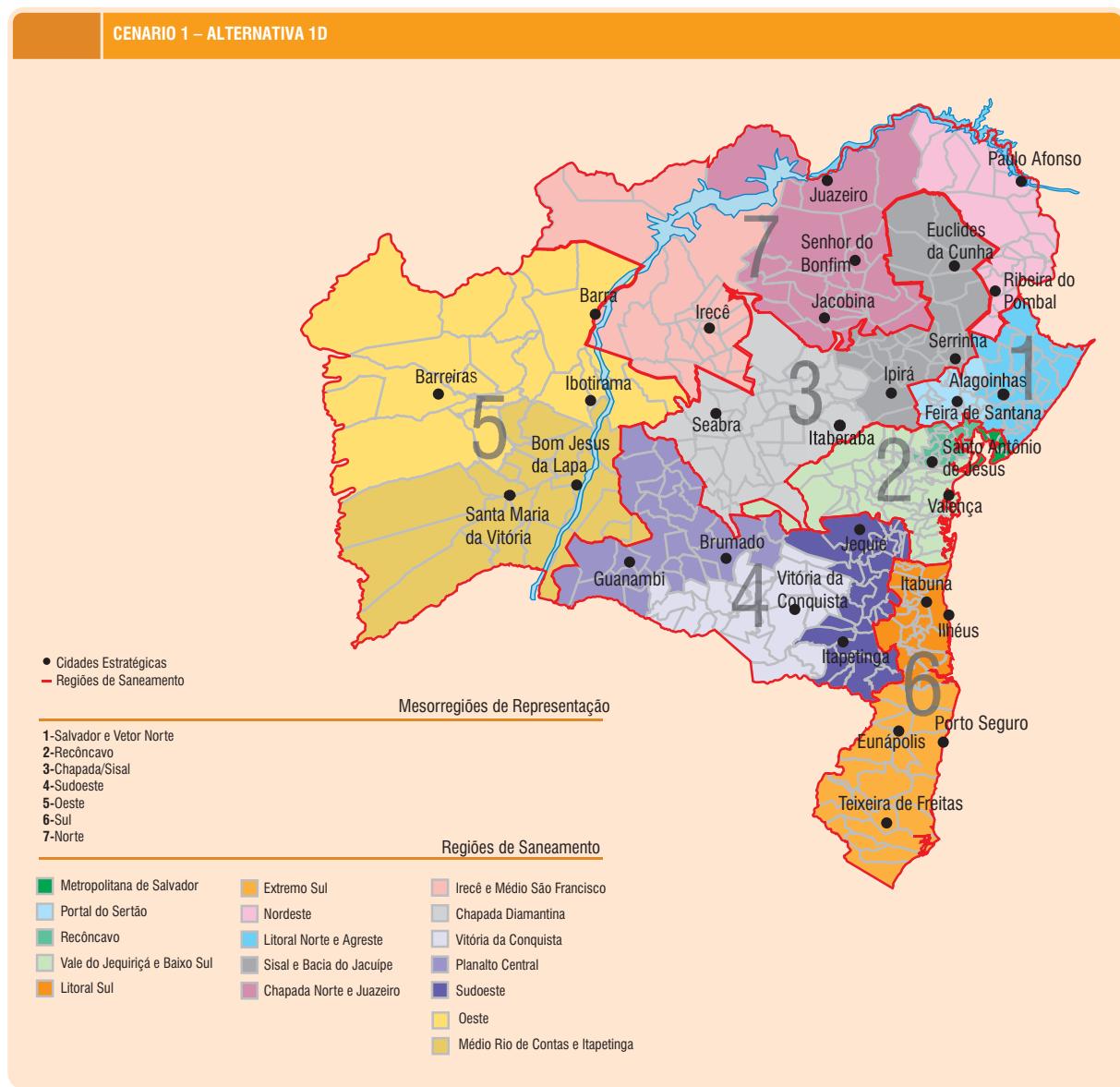
O novo cenário institucional do saneamento básico, caracterizado pela Lei do Saneamento e pelo Decreto Federal nº 6.017, que regulamenta a Lei dos Consórcios, está a exigir uma série de mudanças nos modelos existentes de operação dos sistemas públicos de saneamento. Nesse sentido, já existem algumas experiências desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Saneamento Básico – SNSA do Ministério das Cidades nos Estados do Nordeste brasileiro, com a aplicação da gestão associada e a implantação de consórcios públicos, como instrumentos de melhoria do arcabouço institucional do saneamento básico.

A SEDUR vem retomando a abordagem desse tema em conjunto com a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – Agerba, Embasa, Cerb e outras instituições que atuam no saneamento básico, visando buscar elementos para a formulação de modelos de regulação para o setor de Saneamento no Estado da Bahia que tenham por referência o novo marco

regulatório nacional e considerem a tendência dos municípios em constituir consórcios públicos, podendo esses exercerem, além da prestação dos serviços, as funções de regulação e fiscalização.

Sistema Estadual de Informações de Saneamento

O diagnóstico dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais no Estado da Bahia é o primeiro passo para garantir a universalização destes serviços. Nesta esfera, a SEDUR vem atualizando sua base de informações com a inclusão de mais 1.615 novas localidades (povoados) do Estado, e aperfeiçoando o seu banco de dados para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos realizados nesta área, adaptando-o para emprego de ferramentas de georreferenciamento, tais como o *Map-Info* e o *Terra-View*, e para possibilitar o acesso de forma integrada às demais ações de habitação e desenvolvimento urbano, realizadas no âmbito da Secretaria, devendo, ainda, articular-se com o Sistema Nacional de Informações de Saneamento.



Fonte: SEDUR/Embasa

Núcleo em Soluções e Tecnologias Sustentáveis – NSTS

Foi criado com o intuito de fomentar discussões em torno de práticas e tecnologias sustentáveis, num trabalho conjunto entre a Embasa, Conder, Sucab e outras secretarias do Estado, de forma a garantir que as questões ambientais sejam consideradas nos seus projetos. Nesse sentido, está se articulando para que os projetos habitacionais, de infra-estrutura e saneamento estejam integrados, de maneira que possam reduzir o consumo de energia e água, assim como utilizar

materiais recicláveis ou fontes de energia renováveis, com foco na minimização e reúso de águas, efluentes e lixo. Em 2007, foram realizados três Fóruns, com a participação de cerca de 100 pessoas.

2.9 APOIO INSTITUCIONAL

Apoio a Municípios

Dentro do princípio de cooperação federativa, a SEDUR vem

CENÁRIO 2 – ALTERNATIVA 2A



Fonte: SEDUR/Embasa

prestando assistência técnica a diversas prefeituras no encaminhamento das demandas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais de cidades do Estado, tanto para a inserção destes pleitos no PAC como para o aprimoramento das concepções de projeto e encaminhamento de soluções à Embasa e prefeituras para a obtenção de recursos visando à execução das obras de saneamento junto aos prestadores dos serviços.

Dentre as avaliações, estudos e assessoramentos realizados junto às essas prefeituras, destacam-se as detalhadas no Quadro 2.

Projeto Retec Municípios

O projeto Retec Municípios foi formulado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, e desenvolvido pelo Instituto Euvaldo Lodi – IEL, cabendo atualmente à SEDUR/SDU a responsabilidade pela gestão do projeto. O projeto se destina a captar – e atender – as demandas dos gestores públicos, conselhos municipais e associações civis (ONG) referentes a informações sobre programas e projetos estaduais disponíveis nas áreas de saúde, saneamento, educação, combate à pobreza, ação social, habitação, desenvolvimento urbano, agricultura, meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico municipal.

CENÁRIO 3



Fonte: SEDUR/Embasa

O Retec Municípios deverá possibilitar um ganho de eficiência no processo de identificação dos principais programas, projetos e fontes de recursos disponíveis nos poderes públicos estadual e federal, além de permitir o devido e completo acompanhamento do fluxo de atendimento e das solicitações, bem como das respostas oferecidas.

Vale ressaltar a transparência do processo de acompanhamento, que possibilita a cada participante cadastrado acompanhar o andamento de sua solicitação. O projeto permite também a construção de um banco de dados com informações

dos principais desafios apontados pelos gestores públicos municipais.

Atualmente, o projeto é composto por três grupos de usuários: os gestores públicos municipais (demandantes de informações), as Secretarias do Estado, Ministérios, a comunidade científica (fontes de informações) e a SEDUR/SDU, que realiza o tratamento das solicitações, executa as pesquisas, elabora as respostas e, se necessário, encaminha as solicitações aos consultores. A cada dois meses será gerado um relatório completo e encaminhado a todos os integrantes do projeto.

QUADRO 2

APOIO AOS MUNICÍPIOS EM AÇÕES DE SANEAMENTOS
BAHIA, 2007

MUNICÍPIO	AÇÕES
Camaçari	Solução para o destino dos esgotos de Camaçari na Cetrel
Caetanos	Projeto do sistema de abastecimento de água de Caetanos
Santo Estêvão	Projeto do sistema integrado de abastecimento de água de Santo Estêvão
Miguel Calmon	Projeto do sistema de esgotamento sanitário de Miguel Calmon
Macaúbas	Projeto da estação de tratamento de esgotos de Macaúbas
Juazeiro	Projeto do sistema de esgotamento sanitário e de drenagem de Juazeiro
Cruz das Almas	Projeto do sistema de esgotamento sanitário de Cruz das Almas
Riachão do Jacuípe	Projeto do sistema de esgotamento sanitário de Riachão do Jacuípe
Mundo Novo	Projeto do sistema de esgotamento sanitário de Mundo Novo
Paripiranga	Projeto do sistema de esgotamento sanitário e demanda de abastecimento de água de Lagoa Preta, no município de Paripiranga
Municípios da RMS	Escopo para o estudo de demanda e operação racional e integrada de mananciais que abastecem a RMS, incluindo a integração das bacias dos rios Pojuca e Jacuípe

Fonte: SEDUR

Esse relatório é uma importante ferramenta de planejamento, uma vez que, dentre outras informações, produz o mapa com as principais demandas dos gestores municipais.

Programa de Sistemas Auto-Sustentáveis de Saneamento

O Programa de Sistemas Auto-Sustentáveis de Saneamento em pequenas localidades rurais é baseado na gestão interativa e no controle social por parte da sociedade civil organizada, envolvendo os usuários na implantação, operação, administração e manutenção das unidades. Este programa se enquadrou perfeitamente ao modelo de gestão participativa e do incentivo ao controle social introduzido pelo Governo da Bahia.

A implantação de sistemas de abastecimento de água em localidades rurais tem permitido o acesso à água tratada às populações que antes se serviam de mananciais sem qualquer tipo de tratamento. Isto tem mudado a realidade das pessoas que residem nessas regiões.

A baixa capacidade de gestão da maioria dos municípios baianos para a manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgoto, no meio rural, em distritos não atendidos pela

concessionária estadual (Embasa) ou pelos Serviços Autônomos de Abastecimento de Água dos municípios, os SAAE, enseja a necessidade de apoio à gestão regional descentralizada e compartilhada desses serviços. Neste sentido, as Centrais de Associações Comunitárias para a Manutenção de Sistemas de Saneamento de Seabra e Jacobina, organizações não-governamentais sem fins lucrativos e mantidas pelos usuários, fundadas em 1995 e 2005, respectivamente, vêm cumprindo um importante papel no Estado (Tabela 9).

As ações do programa não se restringem somente à capacitação das comunidades para o gerenciamento de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mas, também, estão voltadas à conservação e manutenção dos sistemas.

Com o advento da nova Lei de Saneamento, foi necessária a realização de estudo para que se tornasse viável a adequação do modelo das Centrais de Manutenção de Sistemas de Abastecimento de Água às modernas regras ditadas pelo marco regulatório vigente. Neste sentido, a SEDUR, visando à formalização da relação entre os entre federados e o prestador de serviços, elaborou minutas de documentos que possibi-

TABELA 9

CENTRAIS DE ASSOCIAÇÕES DE JACOBINA/SEABRA – INDICADORES DE ATENDIMENTO
BAHIA, 2007

CENTRAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	LOCALIDADES	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	ASSOCIAÇÕES FILIADAS	Nº DE SAA
Jacobina	12	38	6.580	36	26
Seabra	19	74	5.909	53	42
TOTAL	31	112	12.489	89	68

Fonte: SEDUR

litarão aos municípios integrantes do programa o perfeito cumprimento da recente legislação.

Outra importante ação desenvolvida em 2007 foi o início da realização de estudos de viabilidade da replicação do modelo central para outras regiões do Estado. Neste sentido, vem-se buscando identificar outros programas governamentais, de implantação de sistemas de abastecimento de água a fim de propor parcerias que viabilizem a criação de novas Centrais de Manutenção. Além disso, tem sido prestada assessoria técnica às Centrais de Associações, buscando auxiliar as equipes dessas entidades nas tarefas de administração financeira e orçamentária, e, mediante consultoria prestada por seus integrantes, colaborar, ainda, com essas entidades na reforma e modernização de seus estatutos e na elaboração de outros documentos, tais como regimento e contratos de prestação de serviços.

Outras atividades foram incorporadas ao Programa de Sistemas Auto-Sustentáveis de Saneamento, tais como o desenvolvimento de ações de parcerias com outros programas governamentais como, por exemplo, o Programa Terra de Valor e o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Foram iniciados contatos com representantes de outras instituições, com o objetivo de conhecer a proposta de trabalho e, assim, poder contribuir, dentro de um espírito participativo e integrado para o êxito das ações propostas.

As Centrais de Associações Comunitárias, por sua vez, continuam a ter o apoio da SEDUR, que vem dando suporte técnico na execução das tarefas financeiras e administrativas

daquelas entidades. O objetivo é capacitar os presidentes e tesoureiros daquelas entidades comunitárias, que administram seus próprios sistemas de abastecimento de água, a fim de propiciar um melhor gerenciamento dos recursos financeiros. Outro grande passo na melhoria da gestão das Centrais de Associações foi a construção e implementação de seu planejamento estratégico e do respectivo plano de investimentos. Este moderno instrumento de gestão é uma metodologia gerencial que permite estabelecer o caminho a ser seguido pela organização, visando elevar o grau de interações com os ambientes interno e externo.

2.10 GESTÃO AMBIENTAL DE SISTEMAS DE SANEAMENTO

Gestão Ambiental

Na busca de aperfeiçoamento do desempenho ambiental, o Governo do Estado, por meio da Embasa, vem adotando ações que têm como escopo a melhoria da gestão ambiental na implantação e operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. As ações para implementação da Política Ambiental vêm sendo alargadas ao longo dos últimos anos, contemplando os projetos, as obras, a operação dos sistemas e o monitoramento das represas e mananciais de abastecimento.

Na implementação dessas ações, a Comissão Técnica de Garantia Ambiental – CTGA, constituída por vinte e dois membros representantes da diretoria da Embasa e de 20 Comitês de Gestão Ambiental – CGA criados nas Unidades de Negócios, tem papel relevante no acompanhamento e fiscalização do

cumprimento das condicionantes das licenças ambientais, do desempenho ambiental da empresa e na proposição de ações que minimizem os impactos resultantes das obras e operação dos sistemas.

Vale ressaltar que, embora a Conder e a Embasa possuam suas respectivas CTGA, a SEDUR está em fase de formalização da sua própria comissão, com as características de uma CTGA mediadora, como forma de garantir que as questões ambientais sejam sempre consideradas nos seus processos de planejamento. A criação da CTGA nas diversas secretarias é uma recomendação do Centro de Recursos Ambientais – CRA com o objetivo de potencializar a contribuição de todos no processo de melhoria da eficácia da gestão ambiental do Estado. Ressalte-se ainda, que no momento atual, com o aumento significativo de demandas de processo de licenciamento de projetos vinculados ao PAC, essa contribuição torna-se extrema importância.

Monitoramento de Mananciais

Foi criado o Programa de Monitoramento Georreferenciado de Mananciais de Abastecimento – PMG. Tal programa pretende avaliar a situação atual de cada um dos mananciais utilizados e implantar instrumentos de gestão dos recursos hídricos que permitam um controle rápido e eficaz de avaliação da qualidade das águas. Iniciado a partir de 2004, o PGM contempla revisões das redes de monitoramento dos mananciais que abastecem Salvador e a Região Metropolitana, compreendendo as bacias hidrográficas dos rios do Cobre, Ipitanga (Represa Ipitanga I, II e III), Jacuípe (Represa Santa Helena), Joanes (Represas Joanes I e II), Paraguaçu (Represa Pedra do Cavalo). Este trabalho é a base para análise e interpretação da condição de um dado manancial, isto porque, além de permitir o rastreamento de uma descarga poluidora, oferece informações acerca da evolução da qualidade da água ao longo do corpo hídrico, permitindo inclusive fazer inferências sobre sua capacidade de autodepuração.

Encontram-se também implantadas redes georreferenciadas no Rio Pojuca, considerando a captação de água bruta e o trecho utilizado para lançamento de efluentes tratados da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE de Praia do Forte, da ETE de Barra do Pojuca e da ETE do Reta Atlântico, além de outras três redes de monitoramento georreferenciadas das

águas da área de influência do Sistema de Esgotamento Sanitário – SES Litoral Norte, nas regiões de Barro Branco/Imbassaí, da ETE Iberostar e Lagoa Guarajuba/Velado e do Rio Sauípe.

Em 2007, foram destinados R\$ 65,7 mil para a revisão e implantação da rede de monitoramento georreferenciada da Lagoa de Pituaçu, dos sistemas de esgotamento sanitário de Santo Amaro, Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Cachoeira/São Félix, Itaparica e Vera Cruz, contando com redes de monitoramento compostas de dois segmentos, isto é, pontos de amostragem alocados nas estações de tratamento de esgotos e nos corpos receptores dos efluentes tratados.

Dentro das ações e atividades que compõem o PMG, foram realizadas fiscalizações ambientais mensais nos mananciais de abastecimento de água na Região Metropolitana de Salvador. Foram inspecionadas, em conjunto com os gestores das Unidades de Conservação e técnicos do CRA, as Áreas de Proteção Ambiental – APA de Joanes/Ipitanga, Bacia do Cobre e Baía de Todos os Santos, com o intuito de verificar aspectos relativos ao uso e ocupação de solo em Áreas de Preservação Permanente, qualidade da água bruta no manancial e viabilidade de implantação de novos empreendimentos.

Licenciamento Ambiental

A Embasa vem dando continuidade aos trabalhos de regularização ambiental dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com o intuito de obter licenças para os sistemas cuja operação teve início antes da Lei Estadual de Meio Ambiente, em 1981.

Encontram-se em análise no Centro de Recursos Ambientais – CRA os processos de licenciamento ambiental de sistemas nos municípios de Paulo Afonso, Itamaraju, Alagoinhas, Itabuna, Candeias, Camaçari, Vitória da Conquista, Salvador e Santo Antônio de Jesus. Será contratada uma empresa de consultoria para elaboração da documentação técnica e legal necessária à formação dos processos de licenciamento ambiental das Unidades de Negócios de Itaberaba, Irecê, Cabula e Departamento de Produção.

Os novos sistemas que vêm sendo implantados têm uma

sistemática de licenciamento estabelecida, visando ao cumprimento da legislação ambiental vigente. Em 2007, foram solicitadas 29 novas licenças ao CRA, entre localização, implantação, operação, alteração e simplificação.

Neste mesmo ano, foram concedidas 11 licenças ambientais referentes a processos de licenciamento formados em 2007 e anos anteriores. Dentre as obras de esgotamento sanitário licenciadas destacam-se os sistemas que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a exemplo de Barreiras, Brumado, Camaçari, Cruz das Almas, Guanambi, Muritiba, e Vitória da Conquista. Foram também licenciados os sistemas de esgotamento sanitário de Canavieiras, Ipiáu, Palmeiras e São Sebastião do Passé.

Em atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental e aos estudos ambientais das barragens de Cristalândia, Lagoa da Torta, Riacho de Santana, Serra Preta e Mulungu do Morro, estão sendo contratados e implantados projetos e programas nos municípios de Igaporã, Barra do Choça e Brumado.

Outorga

Foram concedidas, em 2007, três outorgas para abastecimento de água pela Superintendência de Recursos Hídricos – SRH, e estão em análise 31 processos de sistemas de abastecimento de água e 22 processos de sistemas de esgotamento sanitário.

Supressão de Vegetação

Em 2007, foram elaborados 12 processos para solicitação de supressão de vegetação em áreas onde serão implantadas obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Entre esses processos podemos citar os referentes às barragens de Cristalândia, Riacho de Santana, Serra Preta e Lagoa da Torta.

Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas Prad/Paisagismo

A Embasa vem elaborando diversos projetos de recuperação de áreas degradadas e projetos paisagísticos em estações de tratamento de água.

Em 2007, foram elaborados três planos de recuperação de área degradada nas Estações de Tratamento de Esgotamento Sanitário de Mucuri, Camacã e Vera Cruz e dois projetos paisagísticos referentes às áreas das Estações de Tratamento de Água de Itaparica e Lençóis.

Certificação Ambiental – ISO 14001

Foram mantidas as certificações dos sistemas de abastecimento de Água (SAA) e Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Praia do Forte e SAA de Porto Seguro na Norma ISO 14001:2004. O SAA de Santo Antônio de Jesus também passou por auditoria de manutenção da Norma ISO 14001:2004 e da Norma ISO 9001:2000. Os departamentos que integram a Unidade de Projetos da Embasa participaram do processo de manutenção da certificação da Diretoria de Engenharia na Norma ISO 9001:2000, por intermédio da Fundação Carlos Alberto Vanzolini.

Participação em Conselhos Gestores de APA e Comitês de Bacias Hidrográficas

A Embasa integra os Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental da Bacia do Cobre, Baía de Todos os Santos, Joanes e Ipitanga, Pedra do Cavalo, Capivara e Lagoas de Guarajuba, Santo Antônio, Caraíva/Trancoso, Litoral Norte, Mangue Seco e o Parque Estadual de Pituaçu; os Comitês das Bacias Hidrográficas do São Francisco, Itapicuru, Paraguaçu, Recôncavo Norte, Bacia do Leste e Verde/Jacaré e Lagoas e Dunas do Abaeté, tendo como representantes técnicos da área operacional, administrativa e de meio ambiente, com participação ativa de reuniões realizadas ao longo do ano.

3. PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS

O Programa Água para Todos visa proporcionar o direito de acesso à água em qualidade e quantidade, prioritariamente para consumo humano, numa perspectiva de segurança alimentar, nutricional e de melhoria da qualidade de vida em ambiente salubre nas cidades e no campo, por meio de uma gestão integrada, sustentável e participativa, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos baianos.

A abrangência do abastecimento de água e os demais serviços de saneamento básico estão voltados para todo o território



baiano, com destaque para as áreas do semi-árido, Bacia do São Francisco e seus principais núcleos urbanos e rurais.

Serão beneficiadas as populações ribeirinhas, as populações atendidas pelo Programa Bolsa Família, as residentes nas periferias das grandes cidades, bem como nas áreas de reforma agrária, as comunidades indígenas, as remanescentes de quilombos e de reservas extrativistas e ainda as que enfrentam risco de desabastecimento.

O programa tem o colegiado institucional de coordenação composto pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, Secretaria do Planejamento – SEPLAN, Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR e Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES.

Tem ainda como Comitê Gestor a Companhia de Engenharia Rural da Bahia – Cerb (coordenação); a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – Embasa; a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder; a Superintendência de Recursos Hídricos – SRH; o Centro de Recursos Ambientais – CRA e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR.

O programa está estruturado nas linhas de ação de abastecimento de água; de esgotamento sanitário; de saneamento integrado; de meio ambiente, com projetos socioeconômicos; e de geração de trabalho e renda. Estas quatro linhas de ação compreendem também a elaboração de estudos e projetos necessários às intervenções, ao seu melhor aproveitamento e gerenciamento, bem como ao desenvolvimento institucional dos órgãos e entidades participantes.

O Programa Água para Todos pretende garantir o acesso à água no período de 2007 a 2010, totalizando mais de 1,25 milhão de pessoas beneficiadas.

Na área rural serão 950 mil pessoas, e, para tanto, serão implantadas, dentre outras ações, 100 mil cisternas destinadas à captação das águas de chuva que caem sobre os telhados, 1.800 poços tubulares e 1.500 sistemas simplificados de abastecimento de água.

No meio urbano, onde o atendimento se encontra em níveis bastante superiores, se comparado ao rural, pretende-se, até 2010, beneficiar 304 mil baianos, o que ampliará o atendimento de 95,4% para 98% da população urbana.

Na zona urbana, o programa engloba ações de esgotamento sanitário, atendendo cerca de 2,3 milhões de baianos, elevando o índice de cobertura de coleta de esgotos de 56,3% para 79,2%.

Para efetivar as suas ações, o Programa Água Para Todos disponibilizará recursos da ordem de R\$ 2,1 bilhões, alocados e orçados para 2007-2010, como mostra a Tabela 10, oriundos de fontes internacionais, federais e estaduais. Além desse montante, serão captados novos recursos, ao longo dos próximos três anos, para o fortalecimento do programa.

TABELA 10

ÁGUA PARA TODOS – RECURSOS ORÇADOS BAHIA 2007–2010

LINHA DE AÇÃO	INVESTIMENTO (EM R\$ 1.000,00)
Abastecimento de Água	980.618
Esgotamento Sanitário	752.480
Sistema Integrado	368.400
Meio Ambiente/ Projetos Socioeconômicos	6.077
TOTAL	2.107.575

Fonte: SEMARH

A Tabela 11 detalha as obras e ações concluídas em 2007.

Das obras de abastecimento de água concluídas podemos destacar:

- SAA² de Bom Jesus dos Passos – Beneficiando 4.100 pes-

² Sistema de Abastecimento de Água

TABELA 11

PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS – OBRAS E AÇÕES CONCLUÍDAS
BAHIA, 2007

TIPO	QUANTIDADE	RECURSOS APLICADOS (EM R\$ 1.000,00)	POPULAÇÃO BENEFICIADA	LOCALIDADES ATENDIDAS
ABASTECIMENTO DE ÁGUA				
Cisternas	10.338	23.227	39.284	289
Poços	165	3.859	-	165
Construção de Sistemas	100	33.060	44.238	149
Ampliação de Sistemas	56	14.575	38.017	86
Recuperação de Sistemas	11	1.120	1.710	15
Pequenas Barragens	6	658	2.143	6
Ligações de Água	102.151	11.130	388.174	-
SUBTOTAL 1		87.629	513.566	710
ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
Sistema de Esgotamento Sanitário	7	8.370	17.562	7
Melhorias Sanitárias Domiciliares	507	1.338	1.925	5
Ligações de Esgoto	45.168	15.809	171.638	-
SUBTOTAL 2		25.517	191.125	12
SANEAMENTO INTEGRADO				
Saneamento Integrado	4	16.762	7.145	4
SUBTOTAL 3	4	16.762	7.145	4
MEIO AMBIENTE/PROJETOS SOCIOECONÔMICOS				
Programa de Desenvolvimento Ambiental (PDA)	-	1.944	-	-
SUBTOTAL 4		1.944		
TOTAL		131.852	711.836	726

Fonte: SEMARH

soas dessa ilha pertencente ao município de Salvador, com um investimento de aproximadamente R\$ 3,9 milhões, oriundos da Fundação Nacional de Saúde – Funasa;

- SAA de Brumado – Beneficiando uma população de 67.619 pessoas, com um investimento total de R\$ 12,7 milhões, por intermédio do Pró-Saneamento;
- SAA de Coração de Maria – Totalizando um investimento de R\$ 2,4 milhões, financiado pelo Pró-Saneamento. População beneficiada: 10.500 habitantes;
- SAA de Irajuba – Com essa obra foram beneficiadas 5.157 habitantes, representando um investimento de R\$ 1,8 milhão, por intermédio do Pró-Saneamento;
- SAA de Presidente Jânio Quadros – Beneficiando 4.397 pessoas, com investimento oriundo do Pró-Saneamento, de aproximadamente R\$ 1,3 milhão;
- SAA de Buritirama – Investimento da ordem de R\$ 7,1 milhões oriundo de royalties, beneficiando uma população de 7.600 habitantes;

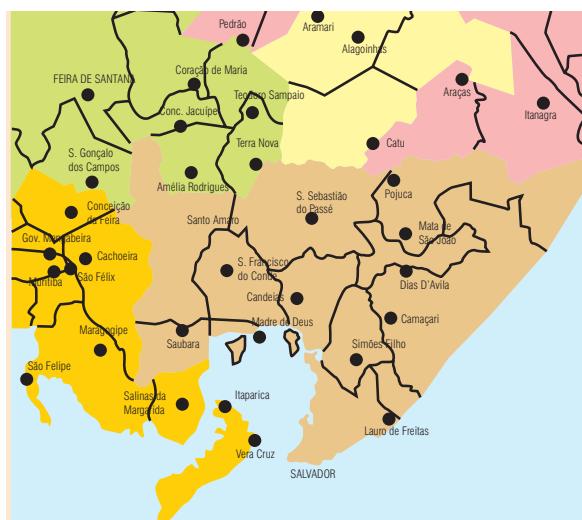
- Implantação e ampliação de 39 sistemas simplificados de abastecimento de água e recuperação de nove poços para uso geral ou animal, com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep, para a dinamização da agricultura familiar (Programa Sertão Produtivo);
- Ampliação do SAA de Ibitiara, localidade de Olhos d'Água do Seco;



- Construção de 10.338 cisternas, por intermédio do Produzir e do Água e Cidadania.

Em andamento, outras obras, tais como:

- Salvador – Reforço da adutora São Caetano e Fazenda Grande – Para regularizar o fornecimento de água na região do subúrbio de Salvador, beneficiando uma população de 89 mil habitantes.
- SIAA³ de Riacho de Santana – A barragem de terra de Riacho de Santana está concluída, restando apenas o desmatamento da bacia hidráulica para permitir o enchimento do lago. Esta obra está localizada a 8 km da sede e tem a finalidade de abastecer a cidade de Riacho de Santana. O sistema de abastecimento de água beneficiará 16.580 habitantes. Os investimentos realizados, da ordem de R\$ 10,7 milhões, são provenientes da Caixa Econômica Federal, por intermédio do Pró-Saneamento.
- SIAA da Adutora do Feijão - 3^a Etapa – Novos investimentos estão sendo feitos para ampliação do sistema integrado da região de Irecê, que atenderá uma população de 55.874 habitantes de 100 localidades, por meio de dez subsistemas. Esta etapa totalizará investimentos de R\$ 27,7 milhões, por intermédio do Proágua, financiados pelo Banco Mundial.
- SIAA de Feira de Santana – Com investimento de R\$ 11,7 milhões financiados pelo Pró-Saneamento, esse sistema de abastecimento atenderá as localidades de Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Feira de Santana, Tanquinho da Feira e Santa Bárbara, beneficiando 473.931 habitantes.



Fonte: SEDUR

³ Sistema de Abastecimento de Água

- SAA de Igatu – O investimento é de R\$ 793 mil, financiados pela Funasa e por recursos oriundos de *royalties*. Em virtude da Vila de Igatu estar localizada no Parque Nacional da Chapada Diamantina, por solicitação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, todo o processo construtivo foi adequado às condições existentes (características históricas da região) e toda a escavação teve acompanhamento contínuo de uma equipe de arqueologia. As peças encontradas estão sendo catalogadas, para posterior exposição.
- SIAA de Palmeiras – O sistema beneficiará uma população de 4.044 habitantes e o valor estimado do investimento é de R\$ 1,8 milhões, recursos provenientes do Pró-Saneamento.
- SIAA do Litoral Norte – Novos investimentos estão sendo destinados à complementação do sistema integrado de abastecimento do Litoral Norte, para melhor atender às localidades de Guarajuba, Monte Gordo, Barra do Pojuca, Itacimirim, Praia do Forte, Imbassaí e Empreendimentos Hoteleiros Iberostar, beneficiando 60 mil habitantes.
- SIAA de Igaporá/Matina – O sistema beneficiará uma população de 12 mil habitantes e o valor estimado do investimento é de R\$ 13 milhões, oriundos da Caixa Econômica Federal, por meio do Pró-Saneamento.
- SIAA de Mulungu do Morro/Souto Soares – O sistema beneficiará uma população de 22.812 habitantes em sua primeira etapa e o valor estimado do investimento é de R\$ 22 milhões, oriundos do Pró-Saneamento.
- SIAA de Planalto/Barra do Choça – O investimento de R\$ 23,7 milhões para as obras de execução do sistema integrado de abastecimento de água de Planalto/Barra do Choça é oriundo do Banco Mundial, por intermédio do Proágua, e irá beneficiar uma população de 26.528 habitantes.
- SIAA de Santana – O sistema integrado de abastecimento de água projetado abastecerá as sedes dos municípios de Santana, Canápolis, Brejolândia, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho, bem como a localidade de Porto Novo, pertencente ao município de Santana. O financiamento das obras é feito pelo Japan Bank for International Cooperation por intermédio do Proágua, com um investimento total de R\$ 39 milhões, e irá beneficiar uma população de 37.776 habitantes, em sua primeira etapa.
- SAA de Rio do Pires – Com um investimento de R\$ 2 milhões, recursos provenientes da Caixa Econômica Federal, por intermédio do Pró-Saneamento, o sistema tem potencial de beneficiar 10.123 habitantes.



- SIAA de Antônio Gonçalves – Com investimento de R\$ 2,0 milhões, beneficiará nove mil habitantes das localidades de Caldeirão do Mulato, Jibóia, Barra, Brejo do Coelho, Carminha, Santana, Poço D'Água, Macaco, Atravessado, Favela, Conceição e São João.
- SIAA de Licínio de Almeida – O sistema beneficiará uma população de 8.453 habitantes e o valor estimado do investimento é de R\$ 5,9 milhões, provenientes da Caixa Econômica Federal, por intermédio do Pró-Saneamento.
- SAA de Belo Campo – Com investimento de R\$ 7,5 milhões do Pró-Saneamento, as obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Belo Campo beneficiarão uma população de 4.397 habitantes.
- SIAA de Guanambi – O sistema integrado de abastecimento de água beneficiará as localidades de Guanambi, Candiba e Pindaiá, e os povoados de Ceraíma, Vila dos Colonos, Vila Morrinhos e Pilões. Serão atendidos mais de 91 mil habitantes, beneficiados já no primeiro ano com os recursos disponibilizados pela Codevasf, representando um investimento total de R\$ 7,6 milhões.
- SIAA de Planaltino/Campinhos – As obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Planaltino/Campinhos, cujos investimentos são da ordem de R\$ 1,6 milhão, financiados por meio do Pró-Saneamento, beneficiarão uma população de 1.380 habitantes.
- SAA de Tanhaçu – A população beneficiada será de 3.350 habitantes e o valor de investimento é da ordem de R\$ 2,3 milhões, por intermédio do Pró-Saneamento.
- SAA de São Sebastião do Passé – Com um investimento de aproximadamente R\$ 2,2 milhões, financiados com recursos próprios da Embasa, as obras beneficiarão uma população de 29 mil habitantes.

- Construção de 8.868 cisternas, envolvendo recursos da ordem de R\$ 20,7 milhões, por intermédio do Produzir e do Terra de Valor; e
- 62 pequenas barragens, beneficiando 22.211 pessoas em 37 municípios, com investimento de R\$ 5,6 milhões.

Das obras de esgotamento sanitário concluídas, destacam-se os seguintes sistemas:

SES de Cravolândia – Para prover condições sanitárias adequadas aos 3.254 habitantes da sede municipal de Cravolândia, foram implantados 16,4km de coletores e interceptores de esgotos, 600 metros de linhas de recalque e emissários, uma estação elevatória com potência de 15cv, 650 ligações intradomiciliares, além da execução da estação de tratamento de esgotos composta de duas lagoas anaeróbias, duas lagoas facultativas e três lagoas de maturação com capacidade de tratamento de 10l/s. Concluída em 2007, foram investidos R\$ 2,7 milhões nas obras.

SES de Cabaceiras do Paraguaçu – A Embasa realizou, com recursos próprios, investimentos de R\$ 282 mil para ampliação e melhoria do sistema de esgotamento sanitário do município de Cabaceiras do Paraguaçu, situado às margens do reservatório de Pedra do Cavalo, objetivando a conservação desse manancial de abastecimento da Região Metropolitana de Salvador. As obras, concluídas em 2007, contemplaram a execução de 2,3km de redes coletoras, recuperação de redes e ramais domiciliares existentes, execução de leito percolante e recuperação das lagoas da Estação de Tratamento de Esgoto.

Das obras de esgotamento sanitário em andamento, destacam-se os seguintes sistemas:

- Adensamento do SES⁴ da Bacia do Cobre – Para melhorar as condições de saneamento na área do Subúrbio Ferroviário de Salvador, foram destinados R\$ 5,1 milhões do Orçamento Geral da União, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, beneficiando 37.535 habitantes das localidades de Dique do Cabrito e bairros de Praia Grande e Ilha Amarela.
- SES de Santa Maria da Vitória – A obra tem capacidade para beneficiar 10 mil habitantes, e o valor do investimento é de aproximadamente R\$ 6 milhões, financiado com recursos do Pró-Saneamento.
- SES de Jaguacuara – Para atender uma população prevista de 32.361 habitantes nos próximos 20 anos, o investimento previsto é de cerca de R\$ 13 milhões, com recursos da CEF, por intermédio do Pró-Saneamento.
- SES de Euclides da Cunha – A obra beneficiará 23.094 habitantes e o valor do investimento é da ordem de R\$ 7,7 milhões, realizada com recursos próprios da Embasa.
- SES de Jacobina – A obra beneficiará 33.530 habitantes, com valor de investimento de R\$ 11,7 milhões, oriundos da Caixa Econômica Federal, por intermédio do Pró-Saneamento.
- SES Andaraí – A obra beneficiará 6.051 habitantes, com um investimento estimado em R\$ 4 milhões, provenientes da Caixa Econômica Federal, por intermédio do Pró-Saneamento.
- SES de Camaçari/Litoral Norte – Para atendimento da área turística do Litoral Norte do Estado, estão sendo investidos R\$ 32 milhões, compreendendo as localidades de Guarajuba, Monte Gordo, Barra do Pojuca, Praia do Forte, Imbassaí, Itacimirim e Empreendimentos Hoteleiros Iberostar, Reta Atlântica e Vila Galé, beneficiando mais de 30 mil habitantes.
- ETE de Barra do Pojuca – Tratamento dos efluentes de Guarajuba, Monte Gordo, Itacimirim e Barra do Pojuca.
- ETE do Complexo Iberostar – Tratamento dos efluentes do complexo hoteleiro, que, após tratados, serão utilizados para irrigação do campo de golfe e áreas verdes do complexo.
- ETE do Complexo Via Galé Maré – Tratamento dos efluentes do complexo hoteleiro.
- SES de Mucuri – As obras do sistema de esgotamento sanitário de Mucuri beneficiarão uma população de 13.040 habitantes com a implantação de 32,8km de redes coletoras e 2.400 ligações intradomiciliares. O financiamento é feito pelo Pró-Saneamento, com um investimento total de R\$ 9,8 milhões.
- SES de Camacã – O investimento de R\$ 5,2 milhões é oriundo de recursos do Pró-Saneamento e beneficiará uma população de 12.255 habitantes.
- SES de Ipiraú – As obras de Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Ipiraú beneficiarão uma população de 18.911 habitantes com a implantação de 51,8km de rede coletora e 4.686 ligações intradomiciliares. O financiamento das obras é feito pelo Pró-Saneamento, com um investimento total de R\$ 12,8 milhões.
- SES de Encruzilhada – As obras beneficiarão uma população de 5.453 habitantes, com a implantação de 26,5km de rede coletora e 1.400 ligações intradomiciliares. Os recursos, da ordem de R\$ 5,2 milhões, são financiadas pelo Pró-Saneamento.
- SES de Itacaré – As obras de complementação do sistema de esgotamento sanitário de Itacaré beneficiarão uma população de 34 mil habitantes, com a implantação de 1.500 ligações intradomiciliares.
- SES de Itaju do Colônia – As obras beneficiarão uma população de 3.714 habitantes, com a implantação de 14km de rede coletora e 735 ligações intradomiciliares. O financiamento é feito pelo Pró-Saneamento, com um investimento total de R\$ 3,3 milhões.
- SES de Rio de Contas – A obra tem capacidade para beneficiar 3.736 habitantes, e o valor do investimento é de aproximadamente R\$ 4,9 milhões, financiado com recursos da Caixa Econômica Federal, por intermédio do Pró-Saneamento.
- SES de Serra Grande – Estão sendo iniciadas as obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário de Serra Grande, no município de Uruçuca. O sistema beneficiará uma população de 2.300 habitantes. O financiamento das obras é feito pelo Pró-Saneamento, com um investimento total de R\$ 2,2 milhões.
- SES de Taboquinhas – Foram iniciadas as obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário de Taboquinhas, município de Itacaré. A obra beneficiará 3.800 habitantes e o valor do investimento é da ordem de R\$ 2,9 milhões, com financiamento do Pró-Saneamento.

O **Proágua Semi-árido** tem como objetivo geral garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o semi-árido brasileiro, de tal modo que sua escassez relativa não continue a constituir impedimento ao desenvolvimento sustentável da região. As ações de infra-estrutura em desenvolvimento no Estado já foram destacadas anteriormente. O Quadro 3 apresenta ações de gestão desenvolvidas e em desenvolvimento.

⁴ Sistema de Esgotamento Sanitário

O Proágua Nacional foi originado a partir da experiência do Proágua Semi-árido. O Acordo de Empréstimo com o Bird, para desenvolvimento do programa, foi aprovado pelo Senado em agosto de 2007.

O programa mantém sua missão estruturante com ênfase no fortalecimento institucional de todos os atores envolvidos com a Gestão de Recursos Hídricos no Brasil e será gerenciado pela Agência Nacional de Águas – ANA, conjuntamente com o Ministério da Integração Nacional.

O objetivo geral do Proágua Nacional é contribuir para a

melhoria da qualidade de vida da população, especialmente na região menos desenvolvida do país, mediante planejamento e gestão dos recursos hídricos, simultaneamente com a expansão e otimização de infra-estrutura hídrica, de modo a garantir a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas dos usos múltiplos.

O Proágua Nacional está estruturado em três componentes: Gestão de Recursos Hídricos, Obras Prioritárias e Gerenciamento/Monitoria/Avaliação. O programa prevê, para o período 2007-2009, um investimento total de US\$ 200 milhões, sendo US\$ 70 milhões para o Estado da Bahia.

QUADRO 3

PROÁGUA / SEMI-ÁRIDO – AÇÕES DE GESTÃO BAHIA, 2007

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Plano de Administração, Operação e Manutenção do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Piritiba / Mundo Novo e Sistemas de Abastecimento de Água da Adutora do Feijão – 1^a, 2^a e 3^a etapas.

Plano de Administração, Operação e Manutenção do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Planalto e Barra do Choça.

Elaboração e implementação do Programa de Educação Ambiental para Sustentabilidade, para os Sistemas Integrados de Abastecimento de Água de Santana / Porto Novo / Canápolis / Serra Dourada / Tabocas do Brejo Velho e Brejolândia.

Estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira, social e ambiental do SAA de Pedro Alexandre; dos SIAA de Jacobina, Saúde e Caém e do SIAA de Cafarnaum.

Elaboração e implementação do Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social para os Sistemas de Abastecimento de Água: Amélia Rodrigues – Conceição do Jacuípe / Piritiba - Mundo Novo / Planalto - Barra do Choça / Adutora do Feijão 2^a Etapa / Adutora do Feijão 3^a Etapa (Subsistemas de: Mirorós / Lagoa Grande / Barra do Mendes / Canarana / Aguada Nova / América Dourada / Jussara / Central / Presidente Dutra / Irecê.)

Assinatura de termo aditivo ao convênio ANA nº 012/01, prorrogando a vigência para abril/2008.

AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO

Manutenção da Unidade Estadual de Gerenciamento do Proágua – UEGP.

Implementação do Programa de Educação Ambiental para Sustentabilidade – PEAS, para os Sistemas Integrados de Abastecimento de Água de Santana / Porto Novo / Canápolis / Serra Dourada / Tabocas do Brejo Velho e Brejolândia.

Elaboração do Projeto Básico da Barragem de Catolé.

Elaboração de termos aditivos para os convênios referentes às obras de Santana e Planalto / Barra do Choça.

Dentre as ações de gestão do Proágua Nacional desenvolvidas ou em desenvolvimento no Estado, destacam-se as apresentadas no Quadro 4.

No que se refere a Saneamento Integrado, o Governo do Estado, por intermédio do PAC, está realizando investimentos significativos em urbanização de áreas precárias, totalizando recursos da ordem de R\$ 360,4 milhões, dos quais R\$ 262,4 milhões serão aplicados apenas em Salvador (Tabela 12). As ações de reambientação urbana e pós-ocupação contemplam a construção de novas unidades residenciais, destinadas às famílias residentes na área; execução de infra-estrutura básica composta de urbanização, pavimentação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial; e a promoção de ações de inclusão

social, assegurando condições dignas de moradia no espaço das cidades. As intervenções de saneamento integrado, aliadas às intervenções de habitação e à adoção de padrões urban-ambientais específicos, possuem expressivo impacto sobre a reversão do processo de degradação dos mananciais e a conquista de condições de governabilidade do território urbano.

Ao longo de 2007, a SEDUR acompanhou de forma articulada com a Embasa, Conder, CRA, SRH, prefeituras municipais e outros órgãos estaduais, o desenho técnico de importantes projetos de saneamento integrado à habitação, visando à proposição de intervenções que atendessem a seus propósitos sociais sem perder o foco na conservação do ambiente. Dentre os mais relevantes, ressaltam-se o Programa de Urbanização

QUADRO 4

AÇÕES DE GESTÃO DO PROÁGUA NACIONAL BÁHIA, 2007

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Celebração do Termo de Compromisso nº 012/07, em maio/2007, com a ANA e o Ministério da Integração, visando à implementação de ações para garantir a sustentabilidade financeira e operacional do Proágua Nacional no Estado da Bahia;

Aprovação pelo Senado Federal e celebração do Acordo de Empréstimo nº 7420/BR;

Elaboração do Plano Operativo Anual para o período de 2007 a 2009;

Preparação de editais para aquisição de tubos para as obras dos SIAA de Jacobina, Saúde e Caém;

Preparação de editais para aquisição de tubos para as obras do SIAA de Cafarnaum;

Preparação de editais para aquisição de tubos para as obras do SAA de Pedro Alexandre.

Preparação de editais para contratação de obras civis dos SIAA de Jacobina, Saúde e Caém;

Preparação de editais para contratação de obras civis do SIAA de Cafarnaum;

Preparação de editais para contratação de obras civis do SAA de Pedro Alexandre;

Preparação de editais para contratação de obras civis da Estação de Tratamento de Lodo – ETL, dos SIAA de Planalto e Barra do Choça;

Preparação de editais para contratação de empresa de consultoria para supervisão e revisão do Projeto e Educação Ambiental, dos SIAA de Jacobina, Saúde e Caém;

Preparação de editais para contratação de empresa de consultoria para supervisão e revisão do Projeto e Educação Ambiental do SIAA de Cafarnaum;

Preparação de editais para contratação de empresa de consultoria para supervisão e revisão do Projeto e Educação Ambiental do SAA de Pedro Alexandre;

Preparação de editais para contratação de empresa de consultoria para supervisão e revisão do Projeto da Estação de Tratamento de Lodo – ETL dos SIAA de Planalto e Barra do Choça.

AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO

Elaboração dos Termos de Compromisso para as obras;

Elaboração dos Planos de Trabalho para os convênios.

TABELA 12

URBANIZAÇÃO DE ÁREAS PRECÁRIAS – ÁREAS PREVISTAS
BAHIA, 2007

MUNICÍPIO / LOCAL	PROJETO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	INVESTIMENTO TOTAL (EM R\$ 1.000,00)
Salvador	Nova Esperança	2.190	39,0
Salvador	Nova Constituinte e Vale do Paraguari	2.500	42,9
Salvador	Jardim das Mangabeiras - 1 ^a e 2 ^a Etapas	2.215	39,7
Salvador	Baixa do Soronha	1.634	22,5
Salvador	Falha Geológica 1 ^a Etapa	306	42,9
Salvador	Falha Geológica 2 ^a Etapa	—	60,0
Salvador	Águas Claras	400	15,4
Feira de Santana	Lagoa Grande	7.000	68,0
Simões Filho	Mapele, Aratu, Cotelipe, Invasão Piatã e Engenheiro Paulo Moreira	1.400	30,0
TOTAL		17.645	360,4

Fonte: SEDUR

e Desenvolvimento Integral de Áreas Carentes no Estado da Bahia - Viver Melhor II, nas áreas de Pituaçu e de Alagados VI, a ser financiado pelo Banco Mundial; Nova Esperança, no município de Salvador, e Pitanguinhas/Nova Pitanguinha, no município de Simões Filho, esses últimos localizados às margens do manancial de Ipitanga III, responsável pelo suprimento de parte da Região Metropolitana de Salvador.

4. RESÍDUOS SÓLIDOS

Um dos maiores problemas de saneamento encontrados pela atual gestão refere-se, sem sombra de dúvida, à gestão dos resíduos sólidos urbanos, a qual é também um problema que atinge todo o Brasil. A maioria das prefeituras do Estado ainda encontra grandes dificuldades nesse tipo de gestão, em parte agravadas pelo grau de urbanização em que se encontram alguns municípios, o que compromete os investimentos anteriores relacionados com a implantação de equipamentos de tratamento e destinação final dos resíduos.

4.1 INFRA-ESTRUTURA PARA RESÍDUOS SÓLIDOS EM NÚCLEOS URBANOS

Em 2007, com a aprovação da Lei nº 11.445/07 e o decreto nº 6.017/07 que regulamenta a Lei dos Consórcios, é dado

novo direcionamento quanto à forma de gestão dos serviços públicos de saneamento básico, uma vez que o Governo Federal dará preferência às transferências voluntárias para financiamento de ações que sejam desenvolvidas por intermédio de consórcios públicos.

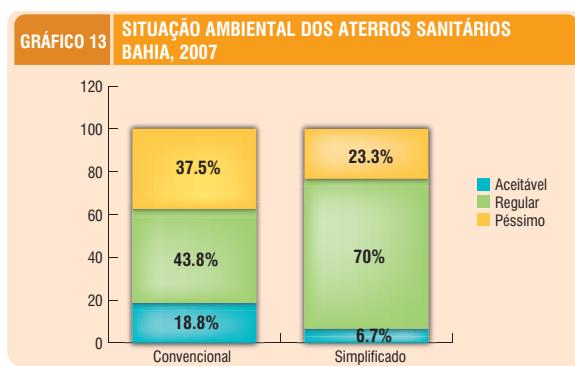
No que tange aos resíduos sólidos, tal decisão do Governo Federal foi tomada a partir dos resultados de ineficiência operacional verificada na gestão dos aterros sanitários por parte de muitas prefeituras municipais, que individualmente não possuem estrutura técnica e aporte financeiro para assegurar a sustentabilidade operacional dos equipamentos.

No Brasil, o aumento da geração de resíduos sólidos – fruto de um padrão de produção e consumo insustentável e do crescimento da população – aliado ao gerenciamento e manejo inadequado dos referidos resíduos, contribuem para o agravamento das condições de saúde pública e do meio ambiente. Na Bahia, 87% dos municípios dispõem seus resíduos a céu aberto e a limpeza urbana normalmente é feita sem acatar as normas técnicas exigidas.

O Ministério Público, por intermédio do seu Programa "Desafio do Lixo", apresentou uma avaliação de caráter preliminar de cerca de 440 depósitos de lixo no Estado, indicando graves

problemas ambientais em aterros sanitários em operação pelas prefeituras, os quais incluem depósito de resíduos realizado de forma indiscriminada; lixo compactado sem recobrimento; constante presença de catadores; processos de licenciamento ambiental incompletos ou ausentes; presença de residências ou abrigos com diversas crianças morando e circulando no local e uma significativa quantidade de resíduos oriundos de serviços de saúde, dentre outros tantos problemas.

O Gráfico 13 apresenta a situação ambiental dos aterros sanitários no Estado da Bahia.



Fonte: Programa O Desafio do Lixo, MP/BA

Neste contexto, o Governo do Estado adotou uma postura cautelosa com relação à construção de novos aterros, até que haja definição dos municípios de uma nova proposta de arranjo institucional que melhor garanta a operação dos aterros. Assim, nesse primeiro momento, as atividades da Conder no tocante aos resíduos sólidos estiveram mais voltadas às ações de planejamento, cumprindo atribuições previstas em seu estatuto, fornecendo apoio técnico a municípios para seleção de áreas para implantação de aterros sanitários e capacitação técnica em gestão de resíduos sólidos.

Atuando como co-executora do componente *resíduos sólidos* do Programa de Desenvolvimento Turístico – Prodetur, a CONDER, atualmente, acompanha três contratos que contemplam os estudos regionais para o Circuito do Diamante, em fase inicial, e para a Costa do Descobrimento, bem como o contrato de avaliação socioeconômica do Aterro Sanitário de Maraú, estes dois últimos em fase final. Foram elaborados termos de referência para contratação dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios de Maraú e Cairu e para o estudo de Avaliação Regional dos Resíduos Sólidos do Circuito do Diamante - Chapada Diamantina.

A Conder acompanha as ações do Programa Nascentes do Paraguaçu, o qual integra, juntamente com o Centro de Recursos Ambientais – CRA, a Comissão Gestora de Resíduos Sólidos dos municípios de Lençóis, Palmeiras e Ibicoara, participando das reuniões bimestrais da aludida comissão.

Sensível à problemática ambiental relacionada à operação de muitos dos aterros do Estado da Bahia e atendendo às diretrizes estabelecidas pelo novo marco regulatório do saneamento, a SEDUR, em parceria com o Ministério Público Estadual, promoveu, em novembro, o I Seminário Estadual de Resíduos Sólidos. Este seminário teve por objetivos definir as estratégias para viabilizar ações compartilhadas na gestão dos sistemas de resíduos sólidos, a compatibilização dos aportes financeiros e orçamentários com ações propostas em um programa estadual de resíduos sólidos, e a discussão de agenda de compromissos a ser implementada pelos entes que têm ações intervenientes nas questões relativas aos sistemas de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados e a inclusão social dos catadores.

O evento contou com mais de 400 participantes, dentre eles 86 representantes de órgãos e secretarias do Estado e da União, 61 procuradores de Justiça, promotores do Ministério Público de diversos municípios do interior e da capital, 221 representantes do poder público municipal, dentre eles secretários municipais, diretores de órgãos ligados à limpeza urbana, assessores, vereadores e representantes de Câmaras Municipais de 128 municípios, 39 representantes da iniciativa privada, além de agentes financiadores da área de saneamento básico.



4.2 ESTUDOS E PROJETOS – PLANO ESTADUAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A SEDUR iniciou a implementação do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos a partir da articulação com os diversos órgãos estaduais que atuam no setor de saneamento (Conder, Sucab, CRA, SESAB/Divisa, SETRE, SEAGRI), tendo como princípios básicos: a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo; a adoção de práticas que promovem a eliminação ou redução de resíduos na fonte; visão sistêmica na gestão; cooperação e gestão associadas entre entes federativos; a universalização do atendimento do serviço de manejo de resíduos sólidos com qualidade; o desvio de resíduos para solução de destino final por meio do incentivo às práticas ambientais adequadas de reutilização; reciclagem, redução e recuperação, participação e controle social na gestão dos resíduos sólidos.

Para isso, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério de Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano, objetivando a elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, com proposição de regionalização de manejo de resíduos sólidos urbanos para os municípios agrupados em regiões de saneamento, considerando-se os 26 Territórios de Identidade do Estado. Vale anotar que os demais temas do saneamento foram deslocados para uma ação futura, dando-se, neste momento, ênfase às ações na Bacia do Rio São Francisco, garantindo atendimento aos 115 municípios desta bacia.

Esse plano irá requerer estudos que apontem os aspectos relevantes em relação aos resíduos sólidos nos referidos municípios, indicando, inclusive, um modelo de regionalização dos sistemas de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos para o Estado. O plano visa também elaborar e detalhar a viabilidade técnica, socioeconômica, ambiental e jurídico-institucional desta regionalização, levando-se em consideração a gestão associada, mediante consórcios públicos, com a participação do Estado, de forma a garantir a sustentabilidade dos modelos elencados.

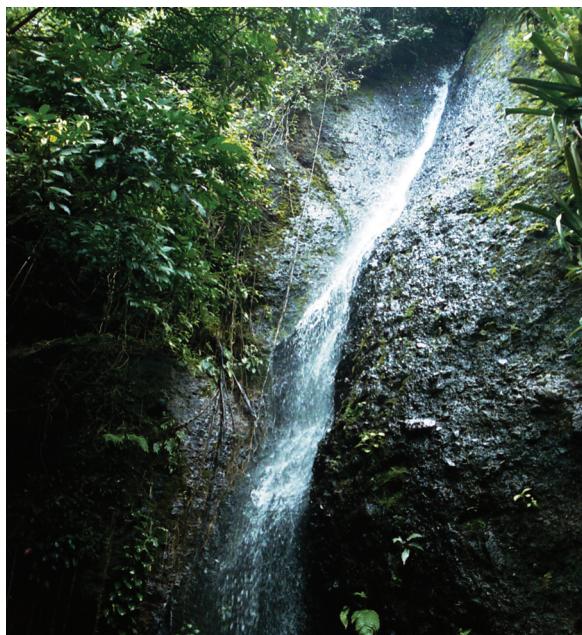
Destaque-se que a Bahia foi o primeiro Estado do país a assinar esse tipo de acordo com o Ministério do Meio Ambiente. O mesmo acordo será também assinado com os demais Estados que estão inseridos na Bacia do São Francisco e, em seguida, com outros Estados inseridos na Bacia do Parnaíba, além do Pantanal. Os recursos que serão disponibilizados para o nosso Estado são da ordem de R\$ 1 milhão, sendo que R\$ 600 mil serão oriundos da União e R\$ 400 mil do Estado.

5. CIDADES SUSTENTÁVEIS – DESENVOLVIMENTO URBANO

5.1 MEMORIAL PIRAJÁ/PARQUE METROPOLITANO DE PIRAJÁ/SÃO BARTOLOMEU

O Memorial Pirajá tem como propósito tornar o Parque Metropolitano de Pirajá/São Bartolomeu um centro de referência da história, cultura e da natureza de Salvador. O parque deverá ser implantado como área piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica da Bahia e estruturado para atividades de visitação, ecoturismo e educação ambiental e cidadã para a diversidade e para a paz. Está prevista a elaboração e implementação de um plano estratégico de gestão do parque e seu entorno, disciplinando e organizando os usos dos recursos hídricos e do patrimônio histórico, religioso e natural, otimizando os investimentos e serviços existentes na região e garantindo sua gestão continuada. O Memorial Pirajá tornará o parque um elemento indutor da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável do Subúrbio Ferroviário e Pirajá/Valéria, podendo vir a se constituir como modelo de gestão ambiental a ser adotado em outras áreas de Mata Atlântica.

Localizado na Bacia do Rio do Cobre, na borda leste da Baía de Todos os Santos, entre o Subúrbio Ferroviário e a BR-324, o Parque Metropolitano de Pirajá (de 1.550ha), incluindo o Parque São Bartolomeu (de 75ha), está encravado num bolsão de pobreza que atinge cerca de 800 mil pessoas e se caracteriza por importantes remanescentes de Mata Atlântica, o principal manancial de abastecimento da região, e belíssimas cachoeiras. Este parque tem também um profundo significado para as religiões afro-brasileiras e para a história de Salvador.



O Parque Metropolitano foi escolhido como uma das três áreas piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na Bahia, unindo-se a um esforço conjunto de 14 Estados da União, do Governo Federal e do programa Man and Biosphere Program da Unesco, para salvar a Mata Atlântica, pós-Rio 92 (CNRBMA, 1996⁵).

A implantação efetiva do parque – mediante a elaboração de um Plano Estratégico de Gestão – irá consolidá-lo como Área Piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, bem como qualificá-lo para a sua inserção nas rotas do turismo na Baía de Todos os Santos, enriquecendo um circuito de visitação de parques e turismo cultural em Salvador, aliado a princípios de sustentabilidade ambiental. A qualidade dos serviços oferecidos deverá unir rentabilidade e conservação ambiental, fortemente ancoradas na valorização da cultura e participação da população local como principais agentes e beneficiários do empreendimento; proposição de alternativas de geração de emprego e renda para a população carente do entorno do parque; desenvolvimento do turismo ambiental, histórico e cultural, proporcionando oportunidades de lazer e recreação para a população da Região Metropolitana de Salvador e, em especial, às comunidades assentadas no entorno do parque; estabelecimento de rotinas

de controle, fiscalização e manejo do parque e entorno, de forma a garantir a integridade dos remanescentes de Mata Atlântica e dos recursos hídricos da bacia do rio do Cobre; recuperação das áreas degradadas dos ecossistemas terrestres do parque, visando garantir a integridade do conjunto dos recursos naturais; e identificação de parcerias e formas de viabilização econômica para a recuperação, proteção, conservação e manejo do parque a médio e longo prazos.

O Memorial Pirajá baseia-se na singularidade e raridade do Parque Metropolitano de Pirajá, sendo definido como um museu aberto, cujo patrimônio reúne o mais importante remanescente da Mata Atlântica em área urbana do Nordeste brasileiro, uma síntese da história da formação da cidade e da expressividade religiosa e cultural de seus elementos. O memorial visa tornar o parque pura expressão da riqueza natural e cultural da Bahia, propiciando à população e aos visitantes oportunidades de vivenciar o espaço, assim como ser elemento indutor do desenvolvimento local, e pode ser traduzido como santuário e centro de serviços, onde se entrelaçam preservação da biosfera, da memória histórica, diversidade étnica e religiosidade.

Os equipamentos propostos para o Memorial Pirajá deverão ser, sempre que possível, adaptados às estruturas arquitetônicas existentes, ociosas ou arruinadas. O memorial terá um Centro de Referência, que funcionará como um espaço articulador de uma rede constituída pelos núcleos culturais, escolas, associações de moradores, grupos culturais e outros serviços públicos da região. Objetiva, portanto, a implantação do Parque Metropolitano de Pirajá/São Bartolomeu como área piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, tornando-o instrumento de desenvolvimento sustentável da região do Subúrbio Ferroviário e Pirajá/Valéria.



⁵ CNRBMA – Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 1996. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Roteiro para o Entendimento de seus Objetivos e seu Sistema de Gestão. F. Correia (ed.). Caderno nº 2. 2^a edição, 27 p.

5.2 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES EM ÁREAS URBANAS

No âmbito do Programa Cidades Sustentáveis: Desenvolvimento Urbano, trata-se de definir e implementar políticas de desenvolvimento e apoio à implantação de projetos estruturantes nas áreas urbanas dos municípios da Bahia, acolhendo e avaliando os pleitos municipais nesse campo.

Considerando as dificuldades enfrentadas pelos municípios para elaboração de projetos e aporte de recursos para sua execução, tem sido prática corrente a viabilização, pelo Governo do Estado, da implantação de diversos projetos nos municípios, a exemplo da construção de mercados e outros equipamentos, assim como a implantação de infra-estrutura básica (pavimentação, drenagem e esgotamento sanitário).

Entretanto, o novo modelo de desenvolvimento urbano que se busca implementar pressupõe a definição de política de intervenção que resulte em maior impacto para o desenvolvimento integrado dos municípios, e, nesse sentido, a SEDUR/SDU realizou levantamentos e estudos com o objetivo de balizar a pertinência das solicitações dos governos municipais.

Assim, deverão ser priorizados os projetos indicados nos planos diretores municipais, os que oferecem suporte à produção regional e aqueles complementares aos programas governamentais de apoio à produção e de infra-estrutura urbana, buscando a sinergia entre ações.

Além desses, prioriza-se igualmente a implantação de projetos de infra-estrutura, como saneamento (esgotamento sanitário e

drenagem) e mobilidade urbana (pavimentação e acessos viários), em áreas urbanas críticas. Nessa linha, estão em tramitação convênios com municípios, com recursos variáveis entre R\$ 300 mil e R\$ 3 milhões, conforme Tabela 13.

5.3 APOIO À IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA EM ÁREAS URBANAS

O Projeto de Apoio à Implantação de Infra-Estrutura estabelece uma linha de financiamento para aprimoramento de infra-estrutura urbana dos pequenos municípios, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população.

Para sua implementação, foi firmada parceria entre a Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenbahia e a SEDUR, cabendo à SEDUR/SDU orientar e auxiliar os governos municipais na preparação da documentação necessária à instrução do pleito, assim como proceder à análise técnica dos projetos. O programa se destina aos municípios cuja Receita Corrente Líquida, no ano de 2004, tenha sido inferior ou igual a R\$ 15 milhões.

O projeto apóia a instalação ou expansão dos sistemas de tratamento de esgoto, a pavimentação de vias, e a macro e micro-drenagem, com limite de financiamento no valor de R\$ 500 mil.

Quarenta e dois municípios manifestaram interesse pelo projeto; dentre eles, cinco demandaram e receberam orientação técnica para elaboração de projetos de pavimentação e drenagem, e dois – Pindobaçu (população 20.593 e valor financiado R\$ 500 mil) e Presidente Tancredo Neves (população 22.679 e valor financiado R\$ 500 mil) – concluíram os procedimentos necessários à solicitação do financiamento, tendo sido encaminhados à Desenbahia para efetivação do contrato.

5.4 POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Inaugurou-se um amplo processo de construção coletiva da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, tendo como suporte: a realização de seminários regionais e temáticos; a implementação de um sistema estadual de desenvolvimento urbano integrado ao sistema de desenvolvimento urbano nacional; e a realização de estudos para a fundamentação das diretrizes, propostas e ações da referida política.



TABELA 13 CONVÉNIOS EM TRAMITAÇÃO
BAHIA, 2007

MUNICÍPIO	OBJETO	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	INVESTIMENTO (EM R\$ 1.000,00)		
				REPASSE SEDUR	CONTRAPARTIDA MUNICIPAL	TOTAL
Pintadas	Pavimentação em paralelepípedo das ruas A, B, C e E do povoado Raspador	Bacia do Jacuípe	10.661	376	4	380
	Pavimentação em paralelepípedo da Praça 2 de julho, ruas A, B, C e D			321	3	324
	Pavimentação em paralelepípedo nas ruas do povoado José Amâncio			351	4	355
	Construção de praça na sede (Praça 2 de Julho)			68	1	69
Itiúba	Construção e reforma do Mercado Municipal.	Sisal	35.134	244	13	257
Central	Pavimentação e microdrenagem da sede	Irecê	17.320	2.186	-	2.186
Camamu	Pavimentação e drenagem no povoado de Barcelos, de Cajaíba, de Tapuia e da sede	Baixo Sul	32.142	2.011	41	2.052
Carinhanha	Construção de três praças	Velho Chico	28.911	384	-	384
Nova Redenção	Pavimentação e drenagem	Chapada Diamantina	8.947	588	12	600
Ibiassucê	Pavimentação de diversas ruas	Sertão Produtivo	9.507	848	9	857
	Construção da Praça São Sebastião			347	4	351
Itagi	Pavimentação e drenagem de diversas ruas	Médio Rio de Contas	13.951	1.335	45	1.380
Cipó	Pavimentação do bairro Vitória	Semi-árido Nordeste II	15.012	1.333	-	1.333
Ipirá	Pavimentação em paralelepípedos nas localidades: Mirante, Morro da Alegria e Malhador	Bacia do Jacuípe	60.343	385	8	393
Mutuípe	Pavimentação, drenagem, saneamento e ligação da Ponte Lourival Ramos – BA-420	Vale do Jequiricá	20.871	1.563	82	1.645
	Implantação e ampliação de sistema de drenagem urbana			1.522	-	1.522
Baixa Grande	Pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas	Bacia do Jacuípe	20.908	1.073	-	1.073
Entre Rios	Esgotamento sanitário e calçamento nos diversos bairros: Guedes Mello, Sítio do Meio, Serraria, Funcionários Públicos e Cidade Nova	Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte	37.977	3.641	192	3.833

Fonte: SEDUR

continua

continuação

TABELA 13 CONVÉNIOS EM TRAMITAÇÃO
BAHIA, 2007

MUNICÍPIO	OBJETO	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	REPASSE SEDUR	INVESTIMENTO (EM R\$ 1.000,00)	CONTRAPARTIDA MUNICIPAL	TOTAL
Senhor do Bonfim	Pavimentação de diversas ruas da sede	Piemonte Norte do Itapicuru	72.518	1.607	-	1.607	
Cruz das Almas	Pavimentação Pavimentação e drenagem pluvial na rua Crisórgno	Recôncavo	54.718	1.746	18	1.764	
Andaraí	Pavimentação	Chapada Diamantina	14.064	458	24	482	
Banzaê	Pavimentação	Semi-árido Nordeste II	11.116	880	9	889	
Nova Itarana	Pavimentação	Vale do Jequiriçá	7.511	676	14	690	
Mundo Novo	Pavimentação	Piemonte Norte do Itapicuru	24.021	150	-	150	
Amargosa	Pavimentação	Vale do Jequiriçá	33.560	775	24	799	
Canarana	Pavimentação	Irecê	24.022	385	8	393	

Fonte: SEDUR

Iniciou-se o processo com a definição dos referenciais para construção da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano. Para isso, procurou-se assegurar transparência nas ações e subsidiar os movimentos sociais e populares para os debates, avançando na democratização das relações entre o Estado e a sociedade, com vistas ao cumprimento dos compromissos do Governo, tendo-se realizado seminários por todo o Estado, agregando os 26 Territórios de Identidade, num total de 15 reuniões.

Com o objetivo de enfrentar os desafios para a construção da Política de Desenvolvimento Urbano, assegurando a transversalidade na abordagem dos temas, já foram promovidos os seguintes eventos:

Ciclo de palestras sobre transporte ferroviário, com vistas a subsidiar o "Estudo de Implantação do Trem Regional Salvador-Alagoinhas";

Seminário "Desafios para construção da Política de Desenvolvimento Urbano: abordagem conceitual", para discutir os conceitos estruturantes, bem como definir a natureza, abrangência e especificidades desta política;

Mesa-Redonda na 7ª Expo Construção – "A Construção de Cidades Sustentáveis e Inclusivas e os Agentes Produtores", voltada para o desenvolvimento sustentável das cidades, valorizando o desenvolvimento humano e a qualificação ambiental urbana, contemplando as parcerias possíveis entre o Estado e a iniciativa privada;

Implantação do Conselho das Cidades da Bahia – ConCidades/BA – A situação encontrada caracterizava-se pela ação pontual e desarticulada, pouco evoluindo na constituição de um Sistema Estadual de Desenvolvimento Urbano, de forma a articular-se ao Sistema Nacional. Visando superar a visão fragmentária do desenvolvimento urbano e consolidar os avanços na democratização do Estado pela integração entre os canais de participação da sociedade, o Governo do Estado propôs a criação do Conselho Estadual das Cidades da Bahia – ConCidades/BA, agregando os conselhos específicos de habitação e saneamento básico e introduzindo novas competências: o planejamento e gestão territorial, a gestão fundiária e a mobilidade urbana.

A criação do ConCidades/BA foi precedida de processo de elaboração coletiva do anteprojeto de lei, que foi apresentado e debatido em 15 Audiências Públicas, que agregaram os 26 Territórios de Identidade, com a participação de mais de 3 mil pessoas. Em novembro foi publicada a Lei nº 10.704, que cria o Conselho Estadual das Cidades da Bahia – ConCidades/BA; e

Realização da 3ª Conferência Estadual das Cidades da Bahia – Foi realizada no período de 13 a 16 de setembro de 2007 e contou com a participação de 873 pessoas e representação de 198 municípios. Realizaram-se 114 Conferências Municipais Preparatórias, que reuniram 13.055 participantes, e 10 Conferências Regionais, que reuniram 87 municípios e 1.686 participantes, num total de 201 municípios e 14.711 participantes, quase cinco vezes o número de participantes registrado em 2005.

5.5. ESTUDO DA REDE URBANA DA BAHIA

Foi firmado o Termo de Referência, e a SEDUR/SDU deverá lançar edital para a elaboração do "Estudo da Rede Urbana da Bahia", com o objetivo de identificar a articulação das cidades à rede urbana, e propor diretrizes e ações estratégicas voltadas à promoção do equilíbrio socioterritorial.

Como consequência do modelo concentrador de investimentos nas regiões mais dinâmicas, a rede urbana estadual, hoje, apresenta baixos índices de desenvolvimento eacentuada concentração econômica. A RMS e entorno são responsáveis por 59% do PIB, enquanto os pólos dinâmicos situados nas regiões Oeste, Litoral Sul e Extremo Sul respondem por cerca de 4% do PIB cada um, e a região Norte por 2,7%. O somatório desses pólos dinâmicos, acrescido do PIB da RMS, perfaz 73,7% de todo o PIB estadual.

As diretrizes estratégicas territoriais do Governo se propõem a reverter esta situação, mediante a dinamização das diferentes regiões do Estado. Para tanto, o estudo da rede urbana, em grandes linhas, compreenderá a:

- Categorização e hierarquização da rede urbana, incluída neste item a identificação e explicitação dos critérios para enquadramento e delimitação das regiões metropolitanas, aglorações urbanas e demais centros urbanos, imprimindo maior segurança aos trabalhos de revisão da RMS ou de criação de novas regiões, e à avaliação dos pleitos de municípios, como Ilhéus, Itabuna, Conquista, Juazeiro e outros;



- Formulação de diretrizes norteadoras das políticas públicas necessárias para que as cidades desempenhem as funções que lhes cabem na estrutura da rede urbana e para descentralização de investimentos voltados para o desenvolvimento urbano, favorecendo o fortalecimento da rede e articulação entre os pólos, mediante a incorporação das áreas de baixo dinamismo ou estagnadas e a otimização da infra-estrutura e serviços, com o objetivo de melhoria da qualidade de vida da população; e
- Fornecimento de subsídios à elaboração das políticas setoriais, de forma articulada com a política de desenvolvimento urbano e regional, e indicação de ações estratégicas.

6. PROGRAMA MOBILIDADE URBANA E INTERURBANA

6.1 ESTUDO DE ACESSIBILIDADE AOS CENTROS URBANOS DO SEMI-ÁRIDO DA BAHIA

Foi elaborado Termo de Referência com a finalidade de orientar o estudo sobre a acessibilidade aos centros urbanos do semi-árido – área cujo desenvolvimento constitui uma das quatro diretrizes estratégicas territoriais do Plano de Governo.

O estudo para melhoria da acessibilidade aos centros urbanos no semi-árido abrange o estudo do transporte coletivo, urbano e intermunicipal, e das vias de ligação entre os municípios (sede, periferia e zona rural) e os centros urbanos e regionais do semi-árido, bem como intramunicipal, visando à melhoria do acesso aos serviços urbanos por eles oferecidos. São três os Territórios de Identidade que serão alvo de uma primeira série de estudos: Sisal, Semi-Árido Nordeste II e Itaparica/Bahia.

O **Território de Identidade do Sisal** é composto por 20 municípios, que abrangem uma área de 21.068km², correspondendo a 3,7% do território estadual. São eles: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimada, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. Todos os municípios apresentam Índices de Desenvolvimento Humano – IDH inferiores à média do Estado da Bahia, estando os menores índices nos municípios de Quijingue, Monte Santo e Cansanção.

A população desse território é de 567.470 habitantes e a taxa média de urbanização da região é de 35,6%, ficando dez municípios abaixo dessa média. Os mais urbanizados são: Serrinha (58,5%), Santaluz (58,0%), Retirolândia (50,3%), Conceição do Coité (49,8%) e Valente (49,7%). Serrinha, com aproximadamente 83 mil habitantes, é a cidade mais importante e dinâmica do Território.

Essa região é uma das mais secas do semi-árido baiano. Sua vegetação é típica de caatinga, e a base da sua economia é a pecuária extensiva e a criação de caprinos, tendo-se tornado a principal produtora de sisal do Estado. A consolidação da indústria sisaleira comunitária atraiu para esse território outros empreendimentos industriais incentivados pelo Governo Estadual, em especial para a área de Conceição do Coité.

O **Território de Identidade Itaparica/Bahia** é composto por seis municípios, que abrangem uma área de 12.216km², correspondendo a 2% do território estadual. São eles: Abaré, Chorochó, Macururé, Rodelas, Glória e Paulo Afonso.

A população desse Território é de 161.149 habitantes e a taxa média de urbanização da região é de 44,6%, ficando quatro municípios abaixo dessa média. Os mais urbanizados são: Paulo Afonso (85,6%) e Rodelas (76,5%). Com exceção de Paulo Afonso (IDH - 0,719), todos os municípios desse território apresentam IDH inferiores à média do Estado da Bahia, estando o menor índice no município de Chorochó.

Esse Território concentra a produção de energia hidroelétrica para todo o Nordeste brasileiro, e desenvolve uma agricultura tradicional e uma moderna piscicultura no Rio São Francisco.

O **Território de Identidade do Semi-Árido Nordeste II** é composto por 18 municípios, que abrangem uma área de 16.056 km², correspondendo a 3% do território estadual. São eles: Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto.

A população desse Território é de 400.263 habitantes e a taxa média de urbanização da região é de 35,3%, estando dez municípios abaixo dessa média. Os mais urbanizados são: Cipo

(66,7%), Ribeira do Pombal (54,9%), Cícero Dantas (51,1%) e Euclides da Cunha (45,5%). Todos os municípios do Território apresentam IDH inferiores à média do Estado da Bahia, estando os menores índices nos municípios de Coronel João Sá, Santa Brígida e Pedro Alexandre.

Com a elaboração desse estudo, a SEDUR, cumprindo suas atribuições e como partícipe do Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido, na concepção de Desenvolvimento Regional em execução pela Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, atende aos municípios priorizados na área piloto daquela região. Dessa forma, pretende ampliar a acessibilidade nesta área, possibilitando dar suporte às ações de desconcentração da economia e o atendimento das demandas sociais da população.

6.2 PLANO DE MOBILIDADE DA RMS E ENTORNO

Elaboração de Termo de Referência com a finalidade de orientar a realização do Plano de Mobilidade da Região Metropolitana de Salvador e Entorno – PlanMob RMS e Entorno.

O PlanMob RMS e Entorno envolverá as relações de integração entre os municípios da região em estudo, será amparado nas diretrizes específicas da Política de Mobilidade definida pelo Ministério das Cidades e desenvolvido de acordo com quatro temas principais, a saber: acessibilidade; sistema viário, circulação e trânsito; transporte coletivo de passageiros; e transporte de cargas.

Terá como objetivo a promoção de ações integradas de mobilidade urbana em todas as suas conexões metropolitanas, visando proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano de forma segura, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável, aperfeiçoando e ampliando a acessibilidade entre os municípios envolvidos, induzindo a consolidação da malha viária urbana existente, direcionando e regulando investimentos futuros na infra-estrutura geral.

Além dos dez municípios da RMS, também farão parte do PlanMob RMS e Entorno os municípios de Alagoinhas, Catu, Feira de Santana, Mata de São João, Pojuca, Santo Antônio de Jesus e São Sebastião do Passé, e a população beneficiada será aproximadamente 4,5 milhões de habitantes.

7. UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DE ENERGIA ELÉTRICA

7.1 PROGRAMA LUZ PARA TODOS

A SEINFRA, por intermédio da Superintendência de Energia e Comunicações, responsável pelos planos, programas de eletrificação e projetos de energia e comunicação, realizou, em 2007, atividades buscando, sobretudo, universalizar o acesso e uso da energia elétrica, coerente com a política governamental de socialização e democratização para o Estado da Bahia.

Neste sentido, a Secretaria, entendendo a importância do Programa Luz para Todos, instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 4.873, de 11/11/03, com objetivo de viabilizar a universalização do serviço de distribuição energia elétrica no meio rural até 2008, promoveu gestões junto ao Governo Federal, conseguindo uma redução na contrapartida de 20% para 10% e de 80% para 10% nas obras de extensão urbana de apoio ao Programa de Subsídio à Habitação, gerando uma economia de R\$ 60 milhões para este exercício, e de R\$ 344 milhões até 2010.

A Bahia definiu como meta do programa ligar 360.707 domicílios, representando um investimento total de R\$ 1,8 bilhão. Para tanto, celebrou Termo de Compromisso com a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba e a Companhia Sul Sergipana de Eletricidade – Sulgipe, assumindo, inicialmente, uma participação financeira de 30% que, em 2006, foi reduzida para 20%.

Em 2007, foram efetivadas 82 mil ligações, significando 37% do realizado no período de 2004 a 2007, atingindo a marca de 218.000 ligações. O Comitê Gestor Estadual de Universalização priorizou 134.109 novas, para realização até 2008, com o encerramento do programa.

A Tabela 14 apresenta as realizações do programa.

TABELA 14

PROGRAMA LUZ PARA TODOS – ENERGIA CONVENCIONAL E SOLAR
BAHIA, 2007

PROGRAMA LUZ PARA TODOS	OBRAS CONCLUÍDAS		OBRAS EM ANDAMENTO	TOTAL
	ATÉ 2006	2007		
Convencional				
Quantidade de obras (unidades)	5.479	18.693	6.827	30.999
Rede de distribuição (km)	23.434,0	13.202,6	32.674,9	69.311,5
Implantação de postes (unidades)	270.672	142.122	354.814	767.608
Ligaçāo de energia elétrica em domicílios (unidades)	132.826	75.762	129.227	337.815
Investimento (em R\$ 1.000,00)	543.362	362.650	855.429	1.761.440,1
Energia Solar				
Quantidade de obras (unidades)	195	790	512	1.497
Ligaçāo de energia elétrica em domicílios (unidades)	3.742	6.191	4.882	14.815
Investimento (em R\$ 1.000,00)	16.506	29.270	23.430	69.206
Totais				
Quantidade de obras (unidades)	5.674	19.483	7.339	32.496
Ligaçāo de energia elétrica em domicílios (unidades)	136.568	81.953	134.109	352.630
Investimento (em R\$ 1.000,00)	559.868	391.919	878.859	1.830.646

Fonte: SEINFRA

7.2 ENERGIA ELÉTRICA PARA O PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO – PSH

O Governo do Estado da Bahia estabeleceu um novo programa para viabilizar o atendimento com energia elétrica a domicílios em áreas urbanas integrantes do PSH e outras áreas de baixa renda, em parceria com as prefeituras e a Coelba, concessionária de distribuição de energia elétrica. Neste exercício foram autorizadas 24 obras, que estão em andamento e que permitirão a ligação de 3 mil domicílios, beneficiando 15 mil habitantes, com investimento total de R\$ 3 milhões.

7.3 ENERGIA ELÉTRICA EM ÁREAS URBANAS E RURAIS

Neste exercício, foram atendidas demandas de expansão de redes em áreas urbanas e rurais, não contempláveis em outros programas, perfazendo um total de 42 obras, para ligação de 700 domicílios, construção de 42km de rede de distribuição, com investimentos de R\$1,5 milhão, beneficiando 3.500 pessoas.

7.4 ENERGIA SOLAR

Com recursos de US\$ 400 mil, doados pela Trade and Development Agency – TDA, Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento do Comércio, foi contratada a Winrock International, tendo como parceira a Universidade do Novo México, para a assistência técnica necessária ao processo de aquisição e instalação de 14 equipamentos de bombeio movi-



dos a energia solar em comunidades carentes do semi-árido baiano, relacionadas no Quadro 5. As obras de instalações desses sistemas foram concluídas em 2007.

QUADRO 5

INSTALAÇÕES DE SISTEMAS DE ENERGIA SOLAR EM MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO BAHIA, 2007.

MUNICÍPIO	LOCALIDADE
Boninal	Angical
Boninal	Lagoa dos Bastos
Boninal	Mato Alto
Boninal	São Jerônimo
Euclides da Cunha	Caatinga Grande
Gentio do Ouro	Buritizinho
Ipupiara	Traçadál
Jussara	Malaquias
Santaluz	Gravatá de Fora
Sento Sé	Caroatá
Sento Sé	Curral Novo
Sento Sé	Rancho dos Negros
Sento Sé	São Pedro
Sobradinho	Barra do Umbuzeiro

Fonte: SEMARH/Cerb.

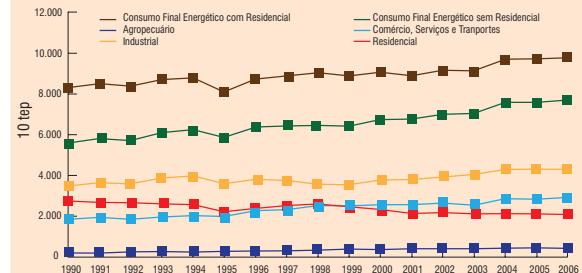
7.5 ESTUDOS E PROJETOS

É importante registrar a elaboração do Balanço Energético do Estado da Bahia, com a inserção dos dados pertinentes aos anos de 2005 e 2006, resgatando, assim, uma defasagem existente neste trabalho, publicado em 2007, constituindo um importante esforço de sistematização de informações relacionadas à evolução do sistema energético estadual, de forma a permitir uma melhor compreensão das relações existentes entre energia e a sociedade.

Este documento, ao mensurar os fluxos das fontes primárias e secundárias de energia, desde a produção até o consumo final, oferece uma visão retrospectiva e integrada da complexidade que caracteriza as estruturas energéticas atuais, identificando pontos de estrangulamento e oportunidades de utilização de novas fontes, permitindo o estabelecimento de indicadores e diretrizes para a atuação de órgãos governamentais e agentes privados ligados ao setor, constituindo-se

em um dos instrumentos indispensáveis para o planejamento energético estadual.

O Gráfico 14 apresenta o consumo final energético por setor na Bahia, no período 1990–2006.

GRÁFICO 14 | CONSUMO FINAL ENERGÉTICO POR SETOR BAHIA, 1990–2006


Fonte: SEINFRA/Supec

7.6 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Em consonância com o esforço empreendido pelo Governo do Estado, objetivando a redução dos custos com a administração pública, a SEINFRA realizou ação em parceria com a Coelba, no sentido de reduzir os custos com contas de consumo de energia elétrica das edificações pertencentes ao Poder Executivo Estadual.

Para tanto, foi realizado o Diagnóstico Energético Detalhado em seis prédios onde funcionam secretarias estaduais, permitindo mensurar com exatidão as intervenções físicas que deverão ser efetuadas, envolvendo, principalmente, a substituição, no decorrer do ano de 2008, de equipamentos e dispositivos por outros mais eficientes, a custo zero para o Governo do Estado, com reflexo positivo na diminuição dos gastos públicos.

Ademais, com vistas a promover benefícios gerados com a redução do consumo de energia elétrica em sistemas de iluminação pública, o Governo do Estado fez gestões junto ao Governo Federal, Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, e conseguiu, com a parceria da Coelba, viabilizar o Programa Nacional de Iluminação Eficiente – Reluz, com objetivo de promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, bem como a valorização noturna dos espaços públicos urbanos, contribuindo para melhorar as condições de segurança pública e a qualidade de vida nas cidades.

A primeira etapa, estimada em R\$ 20 milhões, atenderá, no exercício de 2008, às demandas dos 50 primeiros municípios que apresentarem seus diagnósticos de oportunidades de economia de energia e forem analisados e aprovados pela SEINFRA.

7.7 PROJETOS COMPLEMENTARES DE FISCALIZAÇÃO

■ Projeto Crescendo: Regulação e Cidadania Ativa

O Projeto Crescendo – Regulação e Cidadania Ativa, executado pela Agerba, em parceria com as prefeituras municipais, Coelba e TWB, tem como objetivo levar aos alunos da rede pública de ensino conhecimentos sobre direitos e deveres do cidadão nas áreas de energia elétrica e transportes intermunicipais de passageiros.

O projeto recebeu quatro prêmios pela importância ao estímulo à prática da cidadania e responsabilidade social. Esta experiência pioneira foi levada, inclusive, à África, durante o Simpósio Internacional de Regulação, realizado na cidade de Praia, em Cabo Verde.

Os professores atuam como agentes multiplicadores e parceiros na execução do projeto, por entenderem a importância da preparação do aluno na escola para a defesa, no futuro, de seus direitos e deveres de cidadão.

Em 2007, foram visitadas 532 escolas, nos municípios de: Maraú, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Cairu, Belmonte, Itapebi, Mucuri, Nova Viçosa, Medeiros Neto, Itanhém, Vereda, Ibira-puã, Lajedão, Itaparica, Vera Cruz, Nazaré, Valença, Taperoá, Irará, Ouricangas e Santanópolis, capacitando 1.401 professores, proporcionando benefícios a 122 mil alunos da rede pública estadual e municipal.

■ Ciclo de Palestras Institucionais

O programa de Ciclo de Palestras Institucionais, denominado *Agerba: Regulação, Cidadania e Responsabilidade Social*, tem como objetivo realizar palestras nos municípios da Bahia onde

existem Pólos Regionais, convidando representantes de instituições da comunidade local e dos municípios vizinhos, informando aos multiplicadores e formadores de opinião o papel de uma agência de regulação, os direitos e deveres dos consumidores de energia elétrica e usuários de transportes intermunicipais de passageiros.

O programa já atendeu aos municípios de Teixeira de Freitas, Eunápolis, Itabuna, Feira de Santana, Alagoinhas, Vitória da Conquista, Barreiras, Juazeiro e Santo Antônio de Jesus.

8. MONITORAMENTO DO PAC

O monitoramento do PAC na Bahia foi instituído, em setembro de 2007, mediante decreto governamental, com a constituição das seguintes instâncias de acompanhamento:

- Comitê Gestor do PAC – CGPAC, grupo composto pela secretaria da Casa Civil, pelo secretário do Planejamento, pelo secretário da Fazenda e pelo procurador-geral do Estado;
- Comitê Executivo do PAC – GEPAC, formado por representantes dos secretários do CGPAC e das secretarias setoriais envolvidas, bem como por todos os titulares dos órgãos envolvidos com o PAC na Bahia;
- Salas de Situação agrupadas em quatro áreas de atuação (Infra-estrutura, Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação).

O objetivo é auxiliar o processo decisório relativo ao gerenciamento das ações do PAC, tendo em vista a necessidade de otimização da alocação de recursos no Estado para obtenção dos recursos previstos pelo PAC federal. Além disso, o processo de monitoramento e articulação do PAC visa solucionar os entraves das questões fundiárias, de licenças ambientais, outorgas, revisão de projetos ou planos de trabalho, cronogramas orçamentários e de licitação, dentre outros.

Já foram realizadas duas reuniões do CGPAC, duas reuniões do GEPAC e 18 reuniões das Salas de Situação. Em outubro, foi promovido um encontro visando discutir o Modelo de Governança e Monitoramento do PAC, com a participação da secretaria da Casa Civil e um representante do Governo Federal, reunindo, no auditório da SICM, 36

representantes de diversos órgãos envolvidos com a gestão e execução das obras do PAC na Bahia, como SEDUR, Conder, Embasa, SEINFRA, Derba, SEMARH, SRH, CRA, Cerb, SEFAZ e PGE.

Dentre os principais avanços identificados no período do monitoramento do PAC destacam-se: acompanhamento deta-

lhado e encurtamento dos prazos de entrega de documentação à Caixa Econômica Federal e contratação dos projetos; publicação de decretos de declaração de desapropriação; articulação entre os órgãos executores e Procuradoria Geral do Estado – PGE e órgãos de licenciamento – Centro de Recursos Ambientais – CRA e Superintendência de Recursos Hídricos – SRH – na revisão de alguns procedimentos e solução de alguns entraves.